

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA

PAULO CESAR RÚBIO

**FATORES MOTIVADORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS  
FEDERAIS: um estudo de caso no IFSC – Câmpus Gaspar**

Gaspar/SC

2019

PAULO CESAR RÚBIO

**FATORES MOTIVADORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS  
FEDERAIS: um estudo de caso no IFSC – Câmpus Gaspar**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais do Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Gaspar para a obtenção do diploma de Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Orientador: Profa. Dra. Graciane Regina Pereira

Gaspar/SC

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, por meio do programa de geração automática campus Gaspar, do IFSC

Rúbio, Paulo Cesar

Fatores motivadores da gestão sustentável nos institutos federais : um estudo de caso no IFSC – Câmpus Gaspar / Paulo Cesar Rúbio ; orientação de Graciane Regina Pereira. Gaspar, SC, 2019.

112 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Gaspar. Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

Inclui Referências.

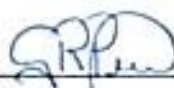
1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Institutos Federais. 3. Programa A3P. I. Pereira, Graciane Regina. II. Instituto Federal de Santa Catarina. III. Título.

**FATORES MOTIVADORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS  
FEDERAIS: um estudo de caso no IFSC – Câmpus Gaspar**

**PAULO CESAR RÚBIO**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção de Tecnólogo em Processos Gerenciais e aprovado na sua forma final pela comissão avaliadora abaixo indicada.

Gaspar, 01, julho de 2019



---

**Graciane Regina Pereira**  
Doutora em Engenharia Ambiental



---

**Bárbara Silvana Sabino**  
Mestre em Administração



---

**Márcio Henrique Fronteli**  
Mestre em Administração

*“Só sei que nada sei”.*

(SÓCRATES)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida e pela saúde que me concede, também o agradeço pela minha mãe (razão do meu viver), a meus irmãos – família, mas, principalmente minha esposa que foi a força motivadora necessária para que eu pudesse me manter focado e decidido a conquistar.

Continuo a agradecer a Deus pela oportunidade de estar junto ao Instituto Federal de Santa Catarina – Câmpus Gaspar (IFSC). Esta que me proporcionou novos horizontes, numa visão panorâmica para a busca incansante do cognitivo por meio da pesquisa, ensino e extensão. Muitas vezes confirmando aquilo que já havia pensado (filosoficamente) e complementado pelo ensino de excelência que o IFSC dispõe a seus acadêmicos, e ainda tantos outros, como os conceitos, métodos e técnicas, nas quais pude me inebriar com o conhecimento repassado pelos mestres do saber, que dispõe o IFSC.

Agradeço aos professores que incansavelmente se propuseram a me orientar naquilo que os conferia e ainda o que não era suas atribuições, mesmo assim sempre sanando dúvidas. Agradeço-os pela empatia – muitas vezes. Sempre reconhecendo nossas limitações e dificuldades ao longo desses três anos, pela compreensividade, pelo caráter, pelo bom senso muitas vezes. Obrigado professores.

Também agradeço a todos os servidores da instituição: administrativo, técnicos administrativos, bibliotecários e aos demais: pessoal da cantina, aos que fazem os serviços de manutenção e conservação do Câmpus, que sempre com presteza com o patrimônio, no cuidado e na limpeza, exemplo de administração aos seus acadêmicos na prática de gestão aplicada pela instituição. Obrigado IFSC.

Agradeço a minha turma, pois com ela muito tenho aprendido. Sei que todos sairão diferentes de quando iniciaram, com uma bagagem a nível superior, e isso fará a diferença na busca por espaço e potenciais ideias a serem desenvolvidas. Por isso essa turma representou significativamente a forma de estimularmos nossas competências tanto para gerenciar, liderar e trabalhar em equipes. Obrigado turma.

Por fim. Agradeço a mim, porque somente eu, sei o que sei, e que nada sei!

## RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetivou analisar os fatores motivadores para implantação de programas de gestão sustentável nos Institutos Federais, em especial no IFSC Câmpus Gaspar. Tendo como objetivos específicos: a) aprofundar o conhecimento na temática sustentabilidade em instituições de ensino; b) identificar as ações de sustentabilidade desenvolvidas no IFSC Câmpus Gaspar; c) propor ferramentas do *Endomarketing* para otimizar a gestão da sustentabilidade do IFSC Câmpus Gaspar. O trabalho configurou-se como uma pesquisa aplicada e usou como método: a execução de um estudo de caso de caráter exploratório/descritivo de natureza qualitativa. Os procedimentos técnicos foram revisões bibliográficas extraídas de livros, artigos específicos, periódicos, *internet* (*sites* gerais), documentos/relatórios: do Governo Federal, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A coleta de dados ocorreu por meio de aplicação de questionários: um (*check list*) adaptado de Luiz *et al* (2013) e mais outros dois com questões abertas/discursivas elaborado pelos autores. A execução do trabalho justifica-se pela demanda crescente na extração e no consumo excessivo de recursos naturais e no conseqüente descarte das sobras (resíduos), inclusive nas instituições de ensino. Neste cenário surgiram as inquietações: Como deve ser a gestão nos Institutos Federais com relação ao desenvolvimento sustentável? Quais são as ferramentas gerenciais adotadas/desenvolvidas para atender as políticas públicas sobre sustentabilidade? O objeto desse estudo foi o IFSC Câmpus Gaspar. Após a realização de todas as etapas da pesquisa, e com o resultado (pós análises e interpretação dos dados) foi proposto sugestões de melhorias, na área da comunicação interna (*Endomarketing*) - ferramenta da administração, para otimizar a gestão sustentável e administrativa no Câmpus Gaspar. Em seu objetivo geral o presente trabalho alcançou seu objetivo que era de diagnosticar/identificar quais os fatores motivadores da gestão sustentável do IFSC. Verificou-se, que são vários os fatores que motivam a gestão, entre eles estão: as Leis vigentes, programas do governo federal como: o SISPE e o PES, e o plano PLS-IFSC. Este último tem como base o Programa IFSC Sustentável, criado pela instituição, e ainda ampliou o conhecimento na temática para possíveis pesquisadores. Também pode ser verificados vários subprogramas delineados pela PLS-IFSC, principalmente aderido pela gestão ambiental do Câmpus objeto desse estudo. Também alcançado, o terceiro objetivo, que era de

proponer mejoras en la gestión sustentável/administrativa do Câmpus tendo como base conceitos de *Endomarketing*: foi proposto a utilização de ferramentas de comunicação por meio de recursos tecnológicos “criar grupo de redes sociais de mensagens instantâneas para otimizar a comunicação e a informação advinda deste, e assim, evitar possíveis ruídos na comunicação e o desinteresse pela mesma.” Também sugere-se para futuras pesquisas a introdução de *Endomarketing* nas políticas de comunicação do IFSC, implantando em seu PDI por meio de projetos: com programas, processos e ações de *Endomarketing* – provendo uma melhor comunicação e integração a todos os setores, dando brilho na informação.

**Palavras-Chave:** Desenvolvimento Sustentável. Institutos Federais. Programa A3P.



## ABSTRACT

*This Course Completion Work (TCC) aimed to analyze the motivating factors for the implementation of sustainable management programs in the Federal Institutes, in particular in the IFSC Câmpus Gaspar. Having as specific objectives: a) to deepen the knowledge on the sustainability theme in educational institutions; b) identify the sustainability actions developed at IFSC Câmpus Gaspar; c) To propose Endomarketing tools to optimize the sustainability management of IFSC Câmpus Gaspar. The work was set up as an applied research and used as method: the execution of an exploratory / descriptive case study of a qualitative nature. The technical procedures were bibliographic reviews extracted from books, specific articles, periodicals, internet (general websites), documents / reports: Federal Government, Ministry of the Environment (MMA) and Federal Institute of Santa Catarina (IFSC). The data collection was carried out through the application of questionnaires: one (check list) adapted from Luiz et al (2013) and two others with open / discursive questions elaborated by the authors. The execution of the work is justified by the increasing demand for the extraction and excessive consumption of natural resources and the consequent disposal of leftovers (waste), including in educational institutions. In this scenario, the concerns have arisen: What should be the management of the Federal Institutes regarding sustainable development? What are the management tools adopted / developed to meet public policies on sustainability? The purpose of this study was the IFSC Câmpus Gaspar. After completing all the stages of the research, and with the result (post analysis and interpretation of the data), suggestions for improvements were proposed in the area of internal communication (Endomarketing) - an administration tool to optimize sustainable and administrative management in Campus Gaspar. In its general objective the present work reached its objective that was to diagnose / identify which motivating factors of the sustainable management of the IFSC. It was verified that several factors motivate the management, among them are: the Laws in force, federal government programs such as SISPEs and PES, and the PLS-IFSC plan. The latter is based on the Sustainable IFSC Program, created by the institution, and also expanded the knowledge on the subject for possible researchers. Several subprograms delineated by PLS-IFSC can also be verified, mainly adhered to by the environmental management of Campus object of this study. Also achieved was the third objective, which was to propose improvements in the sustainable /*

*administrative management of Campus based on concepts of Endomarketing: it was proposed to use communication tools through technological resources "to create a group of social networks of instant messaging to optimize the communication and the information derived from it, and thus, to avoid possible noises in the communication and the disinterest for the same. "Also it is suggested for future researches the introduction of Endomarketing in the policies of communication of the IFSC, implanting in its PDI through projects: with programs, processes and actions of Endomarketing - providing a better communication and integration to all sectors, giving information brightness.*

*Keywords: Sustainable Development. Federal Institutes. A3P Program.*

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Câmpus Gaspar – IFSC.....	28
Figura 2 – Caneca e agenda sustentável.....	33
Figura 3 - Pegada Ecológica.....	42
Figura 4 – Pegada Ecológica global por componente (1961-2008).....	43
Figura 5 – Projeções tendenciais da pegada ecológica.....	44

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais resoluções brasileiras que tratam sobre procedimentos socioambientais.....	21
Quadro 2 – Os eixos temáticos da A3P.....	31
Quadro 3 – Comissão Local de Gestão Ambiental do FSC – Câmpus Gaspar.....	34
Quadro 4 – Demonstrativo de técnicas de coleta e análise de dados.....	41
Quadro 5 – Questões relacionadas ao Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens público.....	47
Quadro 6 – Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados.....	51
Quadro 7 – Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	56
Quadro 8 – Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores.....	66
Quadro 9 – Eixo 5 – Licitações Sustentáveis.....	69

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CGA – Comissão de Gestão Ambiental  
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes  
CISSP – Comissão Interna da Saúde do Servidor Público  
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente  
CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável  
DNAEE – Departamento Nacional de águas e Energia Elétrica  
FNQ – Fundação Nacional da Qualidade  
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
MEC – Ministério da Educação  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MME – Ministério de Minas e Energia  
MP – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
NEAVI – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Médio Vale do Itajaí  
NR – Normas Regulamentadoras – Segurança e Saúde do Trabalho  
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PEG – Programa de Eficiência do Gasto Público  
PES – Projeto Esplanada Sustentável  
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente  
PNMC – Plano Nacional sobre Mudança do Clima  
Procel EPP – Eficiência Energética em Prédios Públicos  
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente

SisPES – Sistema Esplanada Sustentável

SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca

SUDHEVEA – Superintendência da Borracha

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

WWF – *World Wide Fund for Nature*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>14</b>
1.1.1 Objetivo geral.....	14
1.1.2 Objetivos específicos.....	15
<b>1.2 Justificativa da realização do estudo.....</b>	<b>15</b>
<b>2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 Desenvolvimento sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 Evolução Histórica das políticas públicas no Brasil voltadas ao meio Ambiente e seu desenvolvimento.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 Agenda 21 e Agenda 21 no Brasil.....</b>	<b>21</b>
<b>2.4 Caminho da educação profissional até a consolidação dos Institutos Federais.....</b>	<b>23</b>
<b>2.5 Sobre o IFSC, uma breve história.....</b>	<b>25</b>
2.5.1 Missão, Visão e Valores do IFSC.....	26
2.5.2 IFSC Câmpus Gaspar.....	27
<b>2.6 Sistema Esplanada Sustentável (SIsPES).....</b>	<b>28</b>
2.6.1 Projeto Esplanada Sustentável (PES).....	28
<b>2.7 A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.....</b>	<b>30</b>
<b>2.8 Programa IFSC Sustentável.....</b>	<b>32</b>
2.8.1 Comissão Central do Programa IFSC Sustentável.....	33
<b>2.9 Endomarketing no Câmpus Gaspar – IFSC.....</b>	<b>36</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>38</b>
<b>3.1 Delineamento da pesquisa.....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 Contexto e participantes da pesquisa.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3 Técnicas de coleta de dados e de análise de dados.....</b>	<b>39</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>41</b>
<b>4.1 Análises e interpretação dos dados.....</b>	<b>44</b>
4.1.1 Eixos da A3P e gestão ambiental no Câmpus Gaspar.....	45
4.1.1.1 <i>Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.....</i>	<i>45</i>
4.1.1.2 <i>Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados.....</i>	<i>50</i>
4.1.1.3 <i>Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho.....</i>	<i>55</i>
4.1.1.4 <i>Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores.....</i>	<i>65</i>
4.1.1.5 <i>Eixo 5 – Licitações Sustentáveis.....</i>	<i>67</i>
4.1.1.6 <i>Programas de gestão socioambiental no IFSC Câmpus Gaspar.....</i>	<i>73</i>
4.1.1.7 <i>Endomarketing na gestão do Câmpus Gaspar.....</i>	<i>78</i>
4.1.2 Proposta de ferramentas de Endomarketing.....	79
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>83</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIOS APLICADO.....</b>	<b>90</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTÃO DE PESSOAS – FSC – CÂMPUS DE GASPARG: analisando fatores de comunicação interna.....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um tema de suma importância, uma vez que permeia a discussão da gestão dos recursos disponíveis no planeta, renováveis ou não, e, de como a interação humana com o meio onde se vive, impacta no ecossistema positiva e/ou negativamente.

Sabe-se que se a humanidade não for consciente em cumprir com seu papel social diante do meio onde vive, e se o Estado não promover políticas públicas que possam motivar as organizações públicas, seja com algum tipo de incentivo fiscal ou mesmo por determinação em Lei, os recursos naturais vão ficar cada vez mais escassos, e a possibilidade de gerar o caos ecológico será comprometedor e inevitável. E isso refletirá e já está a refletir no meio econômico e social.

O desenvolvimento sustentável surgiu a partir da primeira conferência das Nações Unidas em Estocolmo na Suécia, em 1972. A partir daí surge o termo Sustentabilidade. Desde então, já houve outras reuniões significativas como: Convenção de Berra; Convenção de Genebra; assinatura de protocolos (por exemplo, qualidade do ar); criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Relatório 'O nosso Futuro Comum'; Eco 92 e Declaração de Joanesburgo. Este é o caminho para um sistema no qual o compromisso com o meio seja de todos (LEFF, 2005).

Entre algumas definições de desenvolvimento sustentável, está o conceito de um desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Principalmente com olhar voltado aos recursos hídricos, energéticos e alimentares (WORLD WIDE FUND FOR NATURE, 2018).

O desenvolvimento sustentável depende de um agente equipado para orientar o norte a ser tomado, e as universidades têm seu papel fundamental com relação a isso, haja vista que sua missão é o ensino e formação dos tomadores de decisões do futuro (SIMÕES; BENEVIDES, 2005). E, os Institutos Federais aderem com o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (GATTERMANN; ALMEIDA; ROSA, 2015).



O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, tem a sua história marcada por várias mudanças principalmente na nomenclatura, as quais foram mudando ao longo dos mais de cem anos de existência. Hoje, oferta os mais variados tipos de cursos e em vários níveis, diferentemente do início de sua criação que ofertava o ensino primário e alguns outros. “Além do ensino primário, a instituição oferecia formação em desenho, tipografia, encadernação e pautação, carpintaria da ribeira, escultura e mecânica (que compreendia ferraria e serralheria).” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015).

O instituto conta com 22 Câmpus implantados em Santa Catarina, e com uma gama expressiva de servidores e mais de 60.000 mil matrículas em cursos que vão da qualificação profissional ao curso de educação de jovens e adultos, técnicos, superiores e pós-graduação (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018).

Sob este cenário, como é a gestão nos Institutos Federais com relação ao desenvolvimento sustentável? Quais são as ferramentas gerenciais adotadas/desenvolvidas para atender as políticas públicas sobre sustentabilidade?

O trabalho buscou entender quais são os fatores motivadores da gestão sustentável nos institutos federais, em especial no IFSC Câmpus Gaspar. Para atender o objetivo desenvolveu-se uma pesquisa aplicada com estudo de caso, de caráter exploratório/descritivo e natureza qualitativa. A coleta de dados se deu com revisão bibliográfica e aplicação de questionários.

## **1.1 Objetivos**

O objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa estão expostos a seguir.

### **1.1.1 Objetivo geral**

Descrever os fatores motivadores para implantação de programas de gestão sustentável nos Institutos Federais, especialmente no IFSC – Câmpus Gaspar.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- a) Aprofundar o conhecimento na temática sustentabilidade em instituições de ensino;
- b) Identificar as ações de sustentabilidade desenvolvidas no IFSC – Câmpus Gaspar;
- c) Propor ferramentas de Endomarketing para otimizar a gestão da sustentabilidade do IFSC – Câmpus Gaspar.

### 1.2 Justificativa da realização do estudo

Devido a demanda crescente na extração e no consumo excessivo de recursos naturais, e no descarte das sobras (resíduos), surgiram algumas inquietações, como por exemplo, o Brasil tem se mostrado frente ao cenário ambiental e quais as políticas para estimular as instituições públicas a implantar ações sustentáveis. E, sabendo que o IFSC – Câmpus Gaspar já desenvolve algumas ações sustentáveis estimulou o interesse de saber quais foram os fatores motivacionais para isso.

Também pelo fato da conveniência entre trabalho, estudo e pesquisa, sendo eu acadêmico dessa instituição, objeto desta pesquisa.

## **2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES**

Publicado em 1962, o livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, denunciou os danos causados ao meio ambiente pelo pesticida diclorodifeniltricloroetano (DDT), derivado da ação humana (indústrias químicas). A autora alertou para este perigo eminente – o dano ambiental causado pelos pesticidas, o que para ela, pode ser considerado biocidas, ou seja, pode acabar com o ciclo de vida no ecossistema, trazendo danos irreversíveis para humanidade como um todo (DIAS, 2011). Iniciava as discussões a respeito dos impactos ambientais.

Já o termo desenvolvimento sustentável surge na década de 1970, como o desenvolvimento “[...] capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.” (WORD WIDE FUND FOR NATURE, 2018, sem paginação).

E, sob essa ótica de novos paradigmas com relação as ações humana e o meio ambiente, foram feitas pesquisas bibliográficas, análises de documentações/relatórios, da Organização das Nações Unidas (ONU), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e do Câmpus de Gaspar – IFSC, para embasar a pesquisa, realizar diagnósticos e definir propostas de melhorias.

### **2.1 Desenvolvimento sustentável e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**

Na década de 1970, após reuniões, o desenvolvimento sustentável surge como premissa para limitar os desgastes desenfreados dos recursos naturais disponíveis. “Nessa época, surgiu o termo desenvolvimento sustentável, originado do conceito de ecodesenvolvimento.” (HERNANDEZ, 2009, p. 17). Neste momento a produção encontrava-se a todo vapor para satisfazer a crescente demanda de consumo do mundo capitalista. É aí que começam alguns questionamentos quanto à regeneração e sustentabilidade do meio ambiente.

Para Dias (2011, p. 17), neste período, “[...] tornaram-se mais consistentes os questionamentos sobre o modelo de crescimento e desenvolvimento econômico que perdurava desde a Revolução Industrial, que teve início no século XVIII.” Hernandez

(2009, p. 18), destaca que não é somente entender a problemática ecológica e atuar sobre ela, mas, isso vai além, e diz que é preciso estabelecer a relação causa/efeito entre a rapidez da crescente demanda dos recursos, influenciados pelo aumento populacional e das organizações que produzem os bens de consumo.

O conceito de desenvolvimento sustentável surge a partir da primeira conferência das Nações Unidas em Estocolmo na Suécia, em 1972 (LEFF, 2005). Já, mais adiante em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se na sede da ONU, em Nova York, e decidiram um plano de ação para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade (AGENDA 2030, [201-]).

No documento Agenda 2030 foram estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma conjunta e acordada por 193 (cento e noventa e três) países – Estados-membros da ONU. O objetivo do desenvolvimento sustentável, é o de assegurar que as necessidades humanas atuais e futuras sejam supridas sem que haja impactos dos recursos naturais a ponto de não mais regenerar-se. A agenda 2030, é:

[...] um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro. (AGENDA 2030, [201-], sem paginação).

Um dos objetivos da Agenda 2030, o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, trata da Produção e Consumo Sustentável, estimulando ações mais responsáveis nas organizações e junto aos cidadãos consumidores.

Para alcançar as metas deste ODS, a mudança nos padrões de consumo e produção se configuram como medidas indispensáveis na redução da pegada ecológica sobre o meio ambiente. Essas medidas são a base do desenvolvimento econômico e social sustentável. As metas do ODS 12 visam a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso aos serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo. (AGENDA – 2030, 2015, sem paginação).

Mudanças nos padrões de consumo para reduzir a pegada ecológica e priorizar a vida, são elementos-chave para conceitos de redução ao desperdício. O

próximo subcapítulo traz a evolução histórica das primeiras políticas públicas e os programas desenvolvidos na área ambiental e sustentável.

## **2.2 Evolução Histórica das políticas públicas no Brasil voltadas ao meio Ambiente e seu desenvolvimento**

Em 1934, com a adoção do código das águas, código de minas e código florestal por meio do Decreto nº 23.793/1934, o Brasil inicia suas primeiras políticas ambientais.

Assim, o primeiro Código Florestal brasileiro apesar de representar a primeira iniciativa legal de conservação de florestas, trazendo as primeiras infrações para condutas lesivas às florestas (art. 70 e seguintes), tinha como objetivo principal estabelecer diretrizes básicas para a exploração daquelas (FREIRIA, 2018, p. 36).

Conseqüentemente dá-se início a criação e execução das políticas públicas ambientais. Daí surgem os primeiros órgãos específicos como: Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

Também na década de 1930, foi criado o primeiro parque nacional do Brasil, o parque nacional do Itatiaia, instituído no limite entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (FREIRIA, 2015). A criação do parque e das instituições citadas mostra uma preocupação inicial com o uso e exploração dos recursos naturais, visando o racionamento, buscando manter e conservar a natureza de modo geral e na propriedade privada, mas o foco está no fator econômico, face aos recursos demandados pelas organizações públicas e privadas, para manutenção e produção dos bens de consumo.

Assim neste contexto a sociedade exigiu que o Estado intervisse sobre a temática e criasse programas de desenvolvimento sustentável na administração dos conflitos; estruturação das condições gerais de produção capitalista; e oferta de bens e consumo coletivo (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018). Já na década de 1970, a constituição de políticas públicas ambientais, o fortalecimento dos movimentos sociais e a conferência em Estocolmo na Suécia, foram essenciais para realmente começarem os fundamentos já consolidados se tornarem diretrizes para estruturar a política ambiental no Brasil (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

Freiria (2015, sem paginação), destaca que o “[...] primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), aprovado pela Lei Federal no 5.727, de 4 de novembro de 1971, trouxe significativas repercussões na relação do homem com o território, especialmente em termos ambientais.” Sofrendo pressões internacionais, o Brasil cria a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), sendo a primeira estrutura governamental, e também, por questões burocráticas, e por ser um período de ditadura no país, da qual não houve o envolvimento da sociedade (PEREIRA; SANT’ANNA, 2018).

Segundo Milaré (2005 *apud* FREIRIA 2015), algumas regulamentações da década de 1980, apontam que não havia nenhuma perspectiva de sistematicidade no conjunto de legislações. Mas, já havia políticas de controle ambiental. E somente era considerado pelos órgãos governamentais, a fauna e a flora, destacando o uso das águas e a extração dos minerais. Aqui passam a serem considerados os impactos causados pelo modelo de desenvolvimento econômico (PEREIRA; SANT’ANNA, 2018).

Na década de 1980 foi promulgada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) - Lei Federal nº 6.938/81, que torna o meio ambiente como objeto a ser preservado por lei específica. E, passou a definir os fundamentos e as ferramentas para a disseminação e controle de um desenvolvimento econômico compatível com a proteção ambiental (PEREIRA; SANT’ANNA, 2018). E, para contribuir com esta política, como mencionado acima, foi criado o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Este último passou a integrar a todas as esferas como: órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal, municipais e das fundações de direito público (PEREIRA; SANT’ANNA, 2018).

A Lei Federal nº 9.795/99 dispõe sobre a Política Nacional De Educação Ambiental: “[...] todos têm direito a educação ambiental, componente essencial e permanente da educação nacional, que deve ser exercida de forma articulada em todos os níveis e modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 1999, sem paginação). Sendo estes de responsabilidade do SISNAMA, do sistema educacional, dos meios de comunicação, do poder público e da sociedade em geral (BRASIL, 1999 *apud* PHILIPPI JR.; PELICIONI, 2005).

Já com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), este que articula a política ambiental com as políticas de governo, e a proteção ambiental ganha força (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018). Freiria (2015), complementa que, sob a perspectiva de estudos e práticas interdisciplinares foi importante a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) 001, de 23 de janeiro de 1986, que regulamentou a obrigatoriedade da realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para uma série de atividades humanas.

O art. 2º da PNMA, traz as diretrizes que norteiam políticas públicas ambientais voltadas para as indústrias (BRASIL, 1981, não paginado):

- Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- Recuperação de áreas degradadas.

Desta lei também originaram várias resoluções e portarias, ferramentas legais para o controle das atividades industriais no país. Na década de 1980 foi promulgada a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública como instrumento processual específico para a defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. Tendo como objetivo reparar os danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e aos bens de valor histórico, entre outros (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

Temos regulamentos específicos para as instituições públicas: o Decreto 5.450/2005 (BRASIL, 2005) regulamenta o pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns. E, o Decreto 5.940/2006 (BRASIL, 2006) instituiu a separação dos resíduos recicláveis, e o Decreto 99.658/1990 (BRASIL, 1990) regulamenta o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

As principais resoluções brasileiras que definem os procedimentos socioambientais são descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais resoluções brasileiras que tratam sobre procedimentos socioambientais

<b>RESOLUÇÃO CONAMA</b>	<b>ABORDAGEM</b>
20/1994	Trata a poluição sonora como crime ambiental, e institui o selo ruído de uso obrigatório para aparelhos eletrodomésticos.
257/1999	Orienta sobre a destinação adequada para as pilhas e baterias descartadas.
275/2001	Estabelece as cores padrões para descarte dos diferentes tipos de resíduos.
307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil.
401/2008	Revogou a Resolução 257/1999 e estabelece limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio nas pilhas e baterias comercializadas no território nacional.

Fonte: Luiz *et al.* (2013).

Na Constituição brasileira, tem um artigo específico para o meio ambiente. O art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, sem paginação).

Já na conferência de Rio 92 foram editados documentos que nortearam ainda mais as políticas públicas ambientais em todo o planeta, como a Agenda 21 (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018). A lei de crimes ambientais (Lei Federal nº 9.605/98) define um importante instrumento de comando e controle com sanções penais, e administrativas aplicada aos atos lesivos ao meio ambiente por má condução do gestor ou de quem quer que seja (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018). Percebe-se que há uma ampla legislação ambiental no país a ser estudada e implementada.

### **2.3 Agenda 21 e Agenda 21 no Brasil**

Contendo 40 capítulos, a agenda 21 Global, um dos documentos gerados pela conferência mundial do meio ambiente (Rio 92), trouxe recomendações para os processos de organizações de Produção Mais Limpa – P+L, e que serve como base para implementação da Agenda 21 no Brasil (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018). No



Brasil, a Agenda 21 Brasileira foi um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável.

[...] é um processo e instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável e que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação ambiental, a justiça social e o crescimento econômico. O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construída a partir das diretrizes da Agenda 21 global. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no País. [...] A Agenda 21 Brasileira resulta da composição de dois documentos distintos: "Agenda 21 Brasileira - Ações Prioritárias", que estabelece os caminhos preferenciais da construção da sustentabilidade brasileira, e "Agenda 21 Brasileira - Resultado da Consulta Nacional", que ora apresentamos (BRASIL, [201-], sem paginação).

No primeiro documento Agenda 21 Brasileira – Ações Prioritárias, listam-se os desafios emergenciais enfrentados pela população brasileira com horizonte a um novo modelo de desenvolvimento. Emoldurando essas ações sobre temas como: economia da poupança na sociedade do conhecimento, inclusão social por uma sociedade solidária, estratégias para sustentabilidade urbana e rural, recursos naturais estratégicos – água, biodiversidade e florestas, e a governança e ética para a promoção da sustentabilidade.

E o segundo são os resultados da consulta nacional, resultados de discussões realizadas em todo território nacional sobre a construção da Agenda 21 Brasileira (BRASIL, [201-]). A agenda, mostrou a proatividade voluntária dos empresários, e a consonância entre os instrumentos de comando e de controle, juntamente o econômico e a ação voluntária (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

A P+L – Produção Mais Limpa, na década de 1990 trouxe a possibilidade de adotar normas voluntárias de gestão ambiental para adequação e atuação do setor produtivo. Outro exemplo, foi a série da ISO 14.000, propondo tornar a gestão ambiental um processo sistemático e incorporado ao planejamento estratégico (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

A série ISO 14000 é um conjunto de normas voltadas para a Gestão Ambiental de empresas de qualquer nível, tamanho ou área. Essas normas têm o objetivo principal de criar na empresa um Sistema de Gestão Ambiental, e com isso reduzir os danos causados ao meio ambiente (NORMAS TÉCNICAS, 2018).

Na Rio+10, cúpula mundial em Joanesburgo, foram feitas análises dos acordos e convênios firmados entre os países na Rio 92. Mas, o resultado mostrou

não ter havido avanços significativos, constatando que pouco havia sido feito nos últimos 10 anos (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

A questão ambiental na primeira década do século 21 ganhou espaço no governo, porém isso ocorreu a passos lentos, haja vista que há conflitos de interesse entre os Ministérios, o que retardou a promulgação de novas Leis, Decretos, Portarias que estimulassem as organizações. E, considerando o ponto de vista econômico, ocasionou muitas divergências no governo (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018, p. 89). Segundo Acselrad (2001 *apud* PEREIRA; SANT'ANNA, 2018), mesmo que os órgãos ambientais tenham tomado corpo dentro do governo, percebeu-se descontinuidades administrativas, fusões e desintegrações numa sequência hierárquica, passando a tornar o processo vezes mais burocráticos.

Ainda falando sobre evolução histórica de políticas públicas ambientais no Brasil, destaca-se o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) em consonância com a Agenda 21, este plano tem sua relevância por ser intrínseco com as políticas públicas ambientais. O que determina que o compromisso de atender aos objetivos deriva-se das organizações que retira os recursos naturais do país e por consequência produzem gases prejudiciais. E, para gerenciar tanto as extrações quanto as emissões poluentes promulgou-se o Decreto Federal nº 7.390 com indicadores quantitativos como metas para redução destes gases (PEREIRA; SANT'ANNA, 2018).

Vale ressaltar que esta agenda desencadeou a partir dos objetivos da Agenda 21 global e de vários programas e ações de cunho ambiental partindo das ações prioritárias e da consulta pública nacional. E hoje esta agenda é a base para o desenvolvimento ambiental/sustentável federal e no desenvolvimento local, e ainda muitos programas que já se encontram em andamento, como a cartilha A3P aplicada nas esferas federais e outros subprogramas.

## **2.4 Caminho da educação profissional até a consolidação dos Institutos Federais**

Oliveira e Cruz (2017) apresentam um breve resumo das mudanças acontecidas desde as Escolas de Artífices em 1909 até os Institutos Federais.

O caminho percorrido no Brasil pela educação profissional desde 1909, quando do estabelecimento das Escolas de Aprendizes Artífices, até cem

anos depois, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi de transformações históricas, educacionais, sociais e da reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, encadeando modificações na maneira de pensar e realizar as políticas públicas para a educação profissional e tecnológica no país, com consequências para o trabalho docente (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-], sem paginação).

A história da Rede Federal teve seu início em 1909, “[...] quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices que, mais tarde, deram origem aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs)” (BRASIL, 2017, sem paginação). O Decreto de nº 7.566, de 23 setembro de 1909, do então Presidente “[...] é considerado o marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal no Brasil” (BRASIL, 2018, sem paginação). Nesta época a missão das 19 Escolas de Aprendizes Artífices era mais voltada a inclusão social dos jovens (considerados pelo governo como desafortunados), do que propriamente para a formação de mão de obra qualificada. Foi somente com a promulgação da constituição de 1937

[...] que o ensino técnico passou a ser contemplado como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e como um fator para proporcionar melhores condições de vida para a classe trabalhadora. A Constituição promulgada por Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais (BRASIL, 2018, sem paginação).

Quanto aos CEFETs, Oliveira e Cruz (2017) identifica que na passagem das décadas de 1970 para 1980 foi o momento da constituição dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em diversos estados. Os mesmos autores definem que debater o assunto no tocante a história “[...] da educação profissional no Brasil é tratar de uma modalidade de educação que historicamente é voltada à classe trabalhadora, bem como referir-se também à relação entre educação e trabalho.” (OLIVEIRA; CRUZ, 2018, p. 641). Já os Institutos Federais têm seu início a partir de dezembro de 2008 com a criação da Lei nº 11.892/2008.

Os Institutos Federais são a mais recente materialização das políticas públicas em educação profissional no Brasil. Os IFs foram criados por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a mesma lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, chamada apenas de Rede Federal; ou seja, há menos de uma década observamos esta transformação do cenário da Educação Profissional e Tecnológica no país (OLIVEIRA; CRUZ, 2018, p. 640).

A Lei de criação de nº 11.892/2008 traz em seu art. 1º o seguinte (BRASIL, 2008, sem paginação):

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

- I – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais;
- II – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR;
- III – Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG;
- IV – Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)
- V – Colégio Pedro II.

Assim iniciou também o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), do qual um dos Câmpus, o de Gaspar, se faz o objeto de estudo desta pesquisa considerada estudo de caso: caso único/típico.

## **2.5 Sobre o IFSC, uma breve história**

O IFSC tem sua origem recente, mas, é enraizada há mais de 100 anos e vem sofrendo constantes mudanças (principalmente com a nomenclatura). O início destas escolas o objetivo foi atender aos jovens menos favorecidos, e ao mesmo tempo ocupá-los para que não se envolvessem em vícios como do roubo, entre outros. Mas, hoje o IFSC tem sua missão voltada para a inclusão e formação dos cidadãos, e tendo como visão ser uma instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua finalidade é ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018, sem paginação).

Possui “[...] 22 Câmpus espalhados por todas as regiões de Santa Catarina, dotados de autonomia administrativa e oferta própria de cursos, elaborada de acordo com as necessidades locais [...]” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-], sem paginação).

O IFSC é caracterizado por uma estrutura organizacional administrativa e didático-pedagógica independente. Essa estrutura é conjugada sob a forma de sistema, buscando a integração e o padrão nas ações de planejar e executar. Esse modelo possibilita a descentralização, flexibilizando e tornando possível a autonomia para os Câmpus na operacionalização de suas ações. Para atender aos seus objetivos institucionais, o IFSC, a partir da sua estrutura básica, dispõe da seguinte estrutura administrativa: Gabinete da Reitoria; Pró-Reitoria de Administração; Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas; Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Câmpus do IFSC.

### 2.5.1 Missão, Visão e Valores do IFSC

**Missão:** Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural.

**Visão:** Ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**Valores:** Ética; Compromisso Social; Equidade; Democracia; Sustentabilidade; Qualidade.

- ÉTICA, pautada por princípios de transparência, justiça social, solidariedade e responsabilidade com o bem público.
- COMPROMISSO SOCIAL, pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- EQUIDADE, pautada pelos princípios de justiça e igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.
- DEMOCRACIA, pautada pelos princípios de liberdade, participação, corresponsabilidade e respeito à coletividade.
- SUSTENTABILIDADE, pautada pela responsabilidade social e ambiental.
- QUALIDADE, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais. (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2018, sem paginação).

A atividade que o IFSC oferece a seu público-alvo, é considerado serviços, pois sua de área atuação é na educação e profissionalização de seus acadêmicos. Seu mercado de atuação é na área da educação técnica/profissional, de ensino superior e de formação continuada por meio de sua estrutura didático-pedagógica independente. Seus clientes são: público externo que visam fazer algum tipo de formação ofertada pelo IFSC.

Percebe-se que o IFSC tem como missão a inclusão e formação dos tomadores de decisão, e nesta linha o IFSC prepara os gestores do futuro. Por isso, a instituição, busca conhecimento em gestão ambiental, tanto para métodos de gestão ambiental institucional quanto na aplicação de conhecimento em práticas desenvolvidas em seus projetos de ensino, pesquisa e extensão.

### 2.5.2 IFSC Câmpus Gaspar

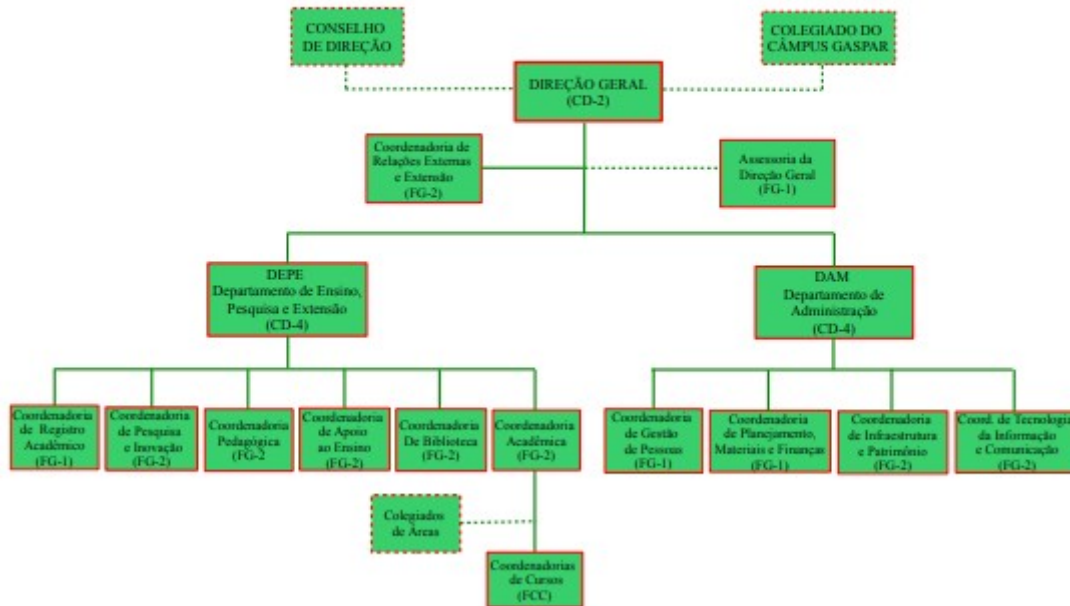
O IFSC – Câmpus Gaspar teve seu início em 2008, e tem 6,5 mil metros quadrados de área construída em um terreno de 34 mil metros quadrados. Conta com várias modalidades de diferentes cursos.

A implantação do Câmpus Gaspar do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) começou em 2008, ano em que foi cedido um terreno pela Associação de Moradores do Bairro Bela Vista (Ambevi). A inauguração oficial do Câmpus Gaspar ocorreu em uma cerimônia realizada em Brasília em dezembro de 2010. Em agosto de 2012, o Câmpus foi entregue à comunidade (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2011).

Atualmente, o Câmpus oferece cursos de graduação, pós-graduação, técnicos em Administração, Informática, Modelagem do Vestuário e Química, além de cursos de qualificação profissional. Também se destaca pela atuação em atividades de pesquisa e extensão. Hoje o Câmpus conta com cerca de 106 servidores – entre professores e técnico-administrativos – e atende aproximadamente 2000 alunos.

A seguir o organograma do Câmpus (Figura 1):

Figura 1 – Organograma Câmpus Gaspar – IFSC



Fonte: Instituto Federal de Santa Catarina, 2014.

## 2.6 Sistema Esplanada Sustentável (SIsPES)

De acordo com Brasil – Sistema Esplanada Sustentável [201-] “O Sistema Esplanada Sustentável (SIsPES) é administrado pelo Departamento de Normas e Sistemas de Logística (Delog), da Secretaria de Gestão (SEGES), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).”

Este Sistema Esplanada Sustentável (SIsPES), é direcionado “[...] ao monitoramento do consumo de energia elétrica e de água pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional”, em atendimento ao disposto na Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015 (BRASIL, 2015, sem paginação). Esta Portaria estabelece práticas de gestão e de uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços (BRASIL, 2015). Esse sistema é administrado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

### 2.6.1 Projeto Esplanada Sustentável (PES)

O Projeto Esplanada Sustentável (PES), foi instituído oficialmente em junho de 2012, com o propósito de integrar as ações que estavam sendo desenvolvidos isoladamente pelos Ministérios (VASCONCELOS; NOGUEIRA, 2014). O PES, “[...] é uma iniciativa conjunta de quatro Ministérios: Planejamento; Meio Ambiente; Minas e Energia; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.” (BRASIL, 2013, sem paginação). Abaixo, cada Ministério e sua atribuição.

- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) desenvolvia o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG);
- Ministério de Minas e Energia (MME) coordenava o Subprograma de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);
- Ministério do Meio Ambiente (MMA) era responsável pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) procurava incentivar a Coleta Seletiva Solidária.

Todos os projetos abordavam a questão do uso sustentável de recursos naturais no âmbito do Governo Federal (VASCONCELOS; NOGUEIRA, 2014). Os mesmos autores, descrevem que o PES tem por “[...] objetivo principal incentivar órgãos e instituições públicas federais a implementar ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.”

Além desses, os outros objetivos do projeto são:

- Melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos;
- Incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;
- Estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;
- Garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
- Melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho;
- Reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais. (BRASIL, 2013, sem paginação).



Partindo de sua fase inicial o projeto promove e estimula a implantação dos programas principais do Governo Federal relacionado à sustentabilidade como rege a Portaria Interministerial nº 244/2012 (BRASIL, 2012). O PES é um demonstrativo dos programas desenvolvidos pelo governo federal como: melhoria dos gastos (eficiência nos custos), estímulos ao consumo consciente (racional), garantia da destinação adequada dos resíduos de forma ambientalmente correta, melhoria na qualidade de vida no trabalho, e, por fim reconhece e premia melhores práticas eficientes dos recursos públicos. Segue os programas desenvolvidos pelo PES:

- Programa de Eficiência do Gasto – PEG;
- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica/Plano Nacional de Eficiência Energética – PROCEL/PNEF
- Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P
- Coleta Seletiva Solidária – CSL.

É esperado que o PES, seja o promotor de mudanças, principalmente relacionados a:

**Nova visão de gestão** – Execução eficiente da despesa mediante a pactuação de resultados com os Ministérios, mediante o estabelecimento de metas de redução de despesas;

**Nova cultura do gasto** – Execução das despesas de forma sustentável por meio da introdução da variável socioambiental.

**Valorização do órgão** – Reconhecimento (financeiro) às economias obtidas pelos Ministérios, por meio da devolução de até 50% do resultado alcançado a ser aplicada na melhoria da qualidade do gasto;

**Valorização do gestor** – Reconhecimento (não financeiro) aos melhores gestores, mediante a entrega de certificado de bom desempenho;

**Valorização das boas práticas** – Haverá trocas de boas práticas entre os Ministérios participantes por meio da REDE ESPLANADA SUSTENTÁVEL, além de orientações de especialistas nas diversas áreas;

**Combate ao desperdício** – Por meio do projeto espera-se criar consciência junto aos servidores, quanto à eficiência do gasto por meio do combate ao desperdício de recursos (BRASIL, 2013, sem paginação).

Este projeto visa estimular os órgãos e entidades públicas para que o plano de ação do governo federal obtenha êxito, e diante das Nações Unidas possa estar entre os que fizeram a sua parte corroborando para um mundo justo, equilibrado e sustentável.

## 2.7 A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

“A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, surgiu em 1999 e merece especial destaque como documento centralizador e promotor da

responsabilidade socioambiental por parte do governo” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-], sem paginação). A A3P, segundo Rêgo, Pimenta e Saraiva (2011, p. 33) “[...] é um programa que visa implantar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública.”

Pereira (2016, p. 10) corrobora em citar que a agenda tem foco em “[...] estimular a adoção de critérios socioambientais na gestão dos órgãos públicos, nos três níveis federativos de governo, por meio da sensibilização dos gestores públicos para as questões ambientais [...]”. O Programa tem como um dos objetivos a sensibilização dos gestores públicos para as questões ambientais (MELLO; LOMARDO, 2016).

Esta agenda está voltada para 5 (cinco) eixos temáticos que são: uso racional de recursos e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação; e licitações sustentáveis. Para Rêgo, Pimenta e Saraiva (2011), a A3P pode trazer uma série de vantagens, tais como: redução no consumo de água, energia e outros insumos, estabelecimento de padrões ambientais nas compras de materiais, adoção de programas focados ao ganho de qualidade de vida no ambiente de trabalho para o funcionário, entre outros.

No quadro 2 são apontadas as implicações que podem gerar pontos positivos como, por exemplo, no setor econômico: eficiência na redução dos custos. E, as ações preventivas/corretivas para que os objetivos sejam alcançados tanto em evitar desperdício de materiais quanto em preservar o meio ambiente, e, a vida na terra.

Quadro 2 – Os eixos temáticos da A3P

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>IMPLICAÇÃO</b>	<b>AÇÕES</b>
Uso Racional de Recursos e Bens Públicos	Evitar o desperdício.	Usar racionalmente a energia, água, madeira, papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	Destinar corretamente os resíduos gerados.	Adotar a política dos 5R's, reduzir o consumo e combater o desperdício.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador (resultará no	Melhorar as condições ambientais; promover a saúde e segurança, incluindo o acesso aos portadores de deficiência física; incentivar a integração social; usar e

	aumento de sua produtividade).	desenvolver as capacidades humanas, aproveitando as habilidades de cada um; dar autonomia para cada servidor desempenhar sua função; respeitar as legislações (liberdade de expressão, privacidade pessoal...).
Sensibilização e Capacitação	Mudar os hábitos, comportamento e padrões de consumo.	Criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã e da Responsabilidade Socioambiental por meio de campanhas (palestras, minicursos, apresentações, fóruns...) e capacitação, principalmente dos gestores.
Licitações Sustentáveis	Promover a responsabilidade socioambiental nas compras	Evitar compras desnecessárias; identificar com o máximo de detalhes possíveis a descrição de produtos sustentáveis.

Fonte: Adaptado Brasil, 2009.

A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades da instituição, desde mudanças nos investimentos, compras, contratação de serviços pelo governo até gestão correta dos resíduos e dos recursos naturais (RÊGO; PIMENTA; SARAIVA, 2011). Assim esta agenda tem sido uma ferramenta de influência e eficácia para a gestão pública, sendo uma conquista brasileira que deu horizonte nos gastos públicos, e que serve como indicador para monitorar tanto nos gastos quanto nas medidas sustentáveis para que mantenha o equilíbrio homem/natureza, sem comprometer as gerações futuras.

## 2.8 Programa IFSC Sustentável

Ao final de 2012, o IFSC iniciou suas ações sustentáveis. Construído a partir de seu planejamento estratégico e por meio do Programa IFSC Sustentável, desenvolvendo uma cultura sustentável e melhorias contínuas em seu funcionamento institucional, propondo a sistematização das práticas, ações e iniciativas e da redução de impactos ambientais, gerenciado por uma Comissão Central por meio de sua gestão sustentável (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-]).

Em março de 2013, foram introduzidas as primeiras ações e colocadas em prática, substituindo os copos recicláveis por canecas sustentáveis, e também “[...] a redefinição da agenda acadêmica institucional, que incorporou motivos e materiais

recicláveis. Ainda em 2013 foram vinculadas outros 35 projetos e iniciativas dos Câmpus do IFSC.” (IFSC, [201-], sem paginação).

Lançada no dia 24 de março de 2013, dia mundial da água, as agendas e canecas sustentáveis distribuídas pelo IFSC foram a primeira ação posta em prática, neste mesmo dia, deixou-se de usar copos de plásticos descartáveis. A agenda foi feita com papel reciclado e trouxe dicas de sustentabilidade no começo da página de cada mês, enquanto que as canecas além de serem mais duradouras do que os copos descartáveis foram feitas com fibras de coco, facilitando a degradação (figura 2).

Figura 2 – Caneca e agenda sustentável



Fonte: Portal do IFSC (2019).

Já em 2014, foram constituídas as comissões locais, em cada Câmpus, como maneira de implantar as ações e articular localmente o Programa IFSC sustentável. Partindo de uma nova reformulação no programa, a nova diretriz tinha o propósito de identificar e promover soluções assertivas, simples e replicáveis buscando padrões institucionais, considerando dois eixos: funcionamento institucional e fomento à cultura da sustentabilidade. No âmbito do funcionamento institucional, o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS-IFSC juntou as iniciativas que já existiam com as novas, reformulando o projeto. Este plano visa dar direcionamento às ações e esforços a serem empreendidos pela instituição, sendo elaborado bianualmente (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-]).

Enquanto que no domínio do fomento à cultura da sustentabilidade, foi realizado seminário com enfoque “Gestão Pública Sustentável”, o evento contou com a participação de várias instituições como: IFC, UFSC, UFFS e UDESC, no campo do FORGIFESC – Fórum de Gestão Integrada das Instituições Federais de

Ensino de Santa Catarina. O propósito é construir parâmetros que possam nortear o desenvolvimento entre as ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas à sustentabilidade (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-]).

O PLS – Plano de Logística Sustentável foi institucionalizado pela instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, e. Essa normativa estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.” (BRASIL, 2012).

### 2.8.1 Comissão Central do Programa IFSC Sustentável

O Programa IFSC Sustentável foi construído por meio do planejamento estratégico da instituição que definiu uma Comissão Central, formada com representantes das comissões locais e da administração do IFSC.

Além da Comissão Central, cada Câmpus conta com uma Comissão Local para o desenvolvimento das ações do programa. E o Câmpus Gaspar por meio da portaria nº 140/2018 (Instituto Federal de Santa Catarina, 2018) instituiu a Comissão Local (Quadro 3).

Quadro 3 – Comissão Local de Gestão Ambiental do FSC – Câmpus Gaspar

<b>Coordenador</b>
Graciane Regina Pereira – DEPE/Docente
<b>Membros:</b>
Andrea Becker Delwing – DEPE/Docente
Carlos Geovanni Ledra – DEPE/Docente
Daniel Monteiro – DEPE/Docente
Daiane de Souza Carvalho – DEPE/Técnica de Laboratório
Diego Goltara – Direção/Técnico administrativo
Greise Zapella – DAM/Técnico administrativo
Jean Rigo – DEPE/Técnico administrativo
Júlio César Bohn Jr. - DAM/Técnico administrativo
Kleyton da Silva – DEPE/Técnico administrativo
MarcioWatanabe – DEPE/Docente
Nilson de Souza Leal – DAM/Técnico administrativo
Osni Cristiano Reisch – DAM/Administrador

Fonte: Autores, 2019.

A comissão local segue as diretrizes do Programa IFSC Sustentável, com permanente planejamento, execução e avaliação das atividades propostas, adequando os programas ao contexto local.

O Programa IFSC Sustentável apresenta os seguintes programas:

Em 2012, o IFSC lançou o Programa IFSC Sustentável dos quais deram origem a outros subprogramas tendo por escopo a sistematização de processos, visando ações na redução de impactos ambientais causados pela instituição e ao fomento à cultura de sustentabilidade (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-]).

O Plano de Gestão de Logística Sustentável PLS-IFSC é um plano de ação que reúne seus esforços buscando direcionar suas ações a serem empreendidos pelo IFSC em decorrência de seu funcionamento institucional, e é desenvolvido bianualmente pela Comissão Central que conta com o apoio das Comissões Locais de cada Câmpus. Este plano tem seu fundamento a PLS – Plano de Logística Sustentável, este último foi institucionalizado pela instrução normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Essa normativa “Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.” (BRASIL, 2012, sem paginação).

Estes programas tomam como base a cartilha A3P que é uma ação do governo federal para estimular, normatizar, regulamentar por meio de Leis e Decretos ações de consciência ao consumo dos recursos utilizados nas esferas públicas federais. “A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, surgida em 1999 merece especial destaque como documento centralizador e promotor da responsabilidade socioambiental por parte do governo.” (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, [201-], sem paginação).

Diante das responsabilidades determinados nas PLSs, e de seus objetivos, o IFSC vem se aprimorando, buscando inovar constantemente nessa área juntando esforços motivos e materiais para estabelecer assim práticas sustentáveis, principalmente na redução dos gastos.

Temas da cartilha A3P, desenvolvidos pelo Programa IFSC Sustentável: Gestão dos Resíduos Sólidos; Recursos Hídricos; Recursos Energéticos; Qualidade

de Vida no Ambiente de Trabalho; Construções Sustentáveis; Contratações Sustentáveis; Formação e Sensibilização Continuada para a Sustentabilidade no Âmbito do Funcionamento Institucional.

**a) Subprogramas desenvolvidos pelo IFSC – Câmpus Gaspar (INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2015):**

- **Destino certo:** gestão dos resíduos sólidos, com base nas Leis vigentes, este subprograma tem por objetivo se adequar as normas e dar o destino correto aos resíduos (de qualquer natureza) gerados pela instituição, com foco no uso eficiente dos recursos.
- **Água na medida:** recursos hídricos, o objetivo desse tema é o de valorizar e mitigar o desperdício dos recursos hídricos.
- **Recursos energéticos:** o objetivo desse tema é o de racionalizar os recursos energéticos.
- **Qualidade de vida no ambiente de trabalho:** o objetivo desse tema é o de assegurar melhores qualidade de vida no ambiente de trabalho, melhorando suas instalações, integração, atividades físicas, ergonomia adequada entre outros.
- **Construções sustentáveis:** esse tema também conta com o objetivo de avaliarem na hora das contratações das obras de engenharia, alguns critérios de sustentabilidade nos contratos, visando assim construções eficientes com redução de recursos/gastos e possíveis impactos ambientais.
- **Contratações sustentáveis:** o objetivo principal desse tema, é o de assegurar critérios de sustentabilidade nas aquisições de produtos/materiais e/ou serviços contratados por meio das licitações sustentáveis.
- **Formação e sensibilização continuada para a sustentabilidade no âmbito do funcionamento institucional:** esse tema tem por objetivo formar e sensibilizar internamente a instituição para a cultura sustentável, ou seja, para que todos do Câmpus possam saber, entender e pôr em práticas as ações

criadas e/ou absorvidas pela Comissão do Plano de Gestão de Logística Sustentável do IFSC.

Em todos esses temas o IFSC já se dispõe de relatórios indicadores de implementação. Andando assim em conformidade com os programas do governo federal, e com sua ética de valores, ao proporcionarem e disseminarem a cultura da sustentabilidade por meio de seu planejamento estratégico e do ensino, pesquisa e extensão aplicado à comunidade acadêmica e comunidade geral alcançados pela instituição.

## 2.9 Endomarketing no Câmpus Gaspar – IFSC

O *Endomarketing* nada mais é do que *Marketing* interno, ou seja, é o *Marketing* de fora para dentro, feito dentro da organização, e está intrínseco à gestão de pessoas, focado no desenvolvimento interno dentro da organização. Sendo, normalmente o setor de Recursos Humanos (RH), o que gere esta comunicação na relação entre empresa/empregados para melhor desempenho na qualidade de seus produtos e/ou serviços (BRUM, 2010).

Brum (2010, p. 41) define que o “*Endomarketing*, nada mais é do que a comunicação interna feita com brilho, cor, imagens, frases de efeito e outros recursos e técnicas de *Marketing*.” O mesmo autor, ainda frisa que é “[...] a comunicação da empresa para os seus empregados executada com a sofisticação da propaganda bem-feita.” Inkotte (2000, p. 5) corrobora que a comunicação interna no formato de *Endomarketing* “estimula, sobretudo, a participação dos trabalhadores, porque esta é essencial à existência humana.”

“Mais do que isso, a comunicação interna é a técnica utilizada para alinhar o pensamento das pessoas às políticas, estratégias e diretrizes da empresa” (BRUM, 2010, p. 41). O objetivo do *Endomarketing* ou *Marketing interno* é o de “facilitar e realizar trocas construindo um relacionamento com o público interno, compartilhando os objetivos da empresa” (FURLIN, 2010, sem paginação).

As redes sociais são instrumentos facilitadores da disseminação da informação, mas sendo ainda um desafio sua implantação nas organizações, elas mostram ser ferramentas que ao saber administrá-las, precedera-se de resultados



com disseminação das metas e os objetivos traçados pela organização por meio destes e o *Endomarketing* poderá ser estudado para implantá-los, como descrito por Mascarenhas; Zambaldi; Natrieli (2010):

Diante destas e outras tendências, o grande dilema enfrentado pelos gestores não seria mais responder se a adoção de estratégias para a incorporação de ferramentas de redes sociais será de fato necessária, mas sim como implantá-las. Argumentamos que o endomarketing seria uma perspectiva privilegiada para pensarmos em tais desafios. (MASCARENHAS; ZAMBALDI; NATRIELI, 2010).

O mesmo autor sugere que estas ferramentas como os meios das redes sociais disponíveis, exige-se uma abordagem estratégica, por isso a sugestão de como implantá-las, “[...] estar presente nas mídias sociais é uma coisa; outra é saber lidar com elas e, principalmente, com os clientes internos e externos que as utilizam.” (MASCARENHAS; ZAMBALDI; NATRIELI, 2010, p.).

### 3 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi analisar e entender quais os fatores motivadores da gestão sustentável nos Institutos Federais, em especial do IFSC – Câmpus Gaspar. O trabalho é um estudo de caso de caráter exploratório/descritivo.

A pesquisa analisou o contexto socioambiental no Câmpus, através de pesquisas bibliográficas e questionários. A pesquisa é de natureza qualitativa com intuito de elevar a compreensão do tema exposto. Este estudo de caso pode entender-se como caso típico e instrumental, caso típico: “que tem o propósito de explorar ou descrever objetos que, em função de informação prévia, pareça ser a melhor expressão do tipo ideal da categoria” (GIL, 2010, p. 118). O mesmo autor na p. 118, refere-se como instrumental a pesquisa “[...] com o propósito de aprimorar o conhecimento de determinado fenômeno ou mesmo do desenvolvimento de teorias”. É estudo de caso de natureza qualitativa, podendo comportar dados quantitativos para aclarar algum aspecto da questão investigada (GODOY, 1995).

O procedimento técnico se deu por meio de revisões bibliográficas e aplicação de questionário adaptado Luiz *et al.* (2013) e outros dois com questões aberta/discursiva. A coleta e a interpretação dos dados subsidiaram as proposições de melhorias utilizando as ferramentas do *Endomarketing*, pois “o uso eficiente e correto da comunicação é, portanto, um dos grandes desafios das lideranças, pois quanto mais clara e direta a sua mensagem, maior a sua credibilidade junto as suas equipes” (BRUM, 2010, p. 7).

O estudo buscou promover a compreensão do termo gestão sustentável nos Institutos Federais e quais fatores impulsionaram o IFSC – Câmpus Gaspar a implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

#### 3.1 Delineamento da pesquisa

A coleta de dados se deu por meio da aplicação de questionário (*chek list*) adaptado de Luiz *et al.* (2013). O questionário continha 52 (cinquenta e duas) perguntas fechadas, subdivididas em 5 (cinco) eixos temáticos que são: uso racional de recursos e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação; e licitações sustentáveis.

E mais 8 (oito) perguntas abertas/discursivas, desenvolvidas pelos autores (APÊNDICE A). O questionário é “[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184). Após a análise dos dados diagnosticados pelos questionários supracitados, houve-se a necessidade de aplicar um terceiro questionário (APÊNDICE B) com 9 (nove) questões abertas/discursivas à gestão de pessoas do Câmpus, com tema comunicação interna.

### **3.2 Contexto e participantes da pesquisa**

Para atender os objetivos aplicou-se 3 (três) questionários, sendo um adaptado de Luiz *et al.* (2013), tendo como tema Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, com 52 questões fechadas da ordem de “sim” ou “não” e a alternativa “caso necessário, justifique”, e o segundo com 8 (oito) questões aberta/discursiva desenvolvido pelos autores desse trabalho, aplicado aos membros da Comissão de Gestão Ambiental e da direção do Câmpus Gaspar (APÊNDICE A). Já o terceiro contém 9 (nove) questões aberta/discursiva com tema comunicação interna aplicado ao coordenador de gestão de pessoas do Câmpus, para entender os meios de comunicação interna do IFSC Câmpus Gaspar (APÊNDICE B). Para seleção dos membros da comissão, definiu-se o critério de tempo de participação: maior que dois anos, foram entrevistados 4 (quatro) de 13 (treze) membros da comissão local e mais um representante da direção, totalizando 5 (cinco) da comissão e mais um da coordenação de gestão de pessoas, este último a coleta de dados partiu primeiramente de uma ligação telefônica e solicitou-se permissão para responder a um questionário com 9 (nove) questões abertas/discursivas relacionadas à comunicação interna no Câmpus, sendo este como os demais questionários, encaminhados via *Google Docs*. Os questionários para representantes da Comissão de Gestão Ambiental foram enviados via e-mail, via formulário *Google Docs*.

### **3.3 Técnicas de coleta de dados e de análise de dados**

Para a fundamentação teórica o procedimento técnico partiu de análises bibliográficas em livros, periódicos, documentos/relatórios, entre outros. A coleta de dados se deu por meio de revisões bibliográficas e questionários. O demonstrativo das técnicas utilizadas é apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 – Demonstrativo de técnicas de coleta e análise de dados

Categoria da informação	Informação	Método	Técnicas de coleta de dados	Dados	Técnica de análise de dados	Autores
Objetivo específico 1: Aprofundar o conhecimento na temática sustentabilidade em instituições de ensino	Estado da arte; -políticas; -Legislações  Estrutura organizacional: -missão; -visão; -valores. -programas.	Qualitativo	- Bibliográfica:  -site do campus;  -site gerais - livros.	Documentais e bibliográficos  Primários e secundários	Descritiva	Pereira e Sant'Anna (2018);  IFSC [201-];  MMA;  Freiria (2017).
Objetivo específico 2: Identificar as ações de sustentabilidade desenvolvidas no IFSC – Câmpus Gaspar	-Programa IFSC Sustentável;  -Comissão de Gestão Ambiental;  -ações de gerenciamento ambiental	Qualitativo	- Bibliográfica - Questionários  -atas de reunião  -relatórios	Primários e secundários	Descritiva	IFSC [201-]
Objetivo 3: Propor ferramentas de <i>Endomarketing</i> para otimizar a gestão da sustentabilidade do IFSC – Câmpus Gaspar.	-Material bibliográfico específico	Qualitativo	-Livros e artigos específicos	Secundários	Descritivo	Brum (2010)

Fonte: Autores, 2019.

Na sequência, análise e discussão dos resultados.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao longo de milhares de anos, os seres humanos vêm utilizando dos recursos naturais para sua subsistência. Hoje, isso foi extrapolado para outros valores além da sobrevivência, como: *status*, consumo, riquezas acumuladas, entre outros ligados aos aspectos econômicos.

Os seres exercem impactos uns sobre os outros. Os homens/mulheres, seres racionais, inteligentes, capazes de manipular por meio de ferramentas o ambiente onde está inserido são de longe os que mais impactam positiva e/ou negativamente o meio ambiente.

Percebe-se por meio dos meios de comunicação e das experiências já realizadas e descritas os vários fenômenos catastróficos advindos da intervenção do homem no meio ambiente. São danos irreversíveis à natureza, que se não houver conscientização e práticas que visem a produção e consumo sustentável como compromisso com as próximas gerações, o futuro poderá ser devastador.

Consome-se mais recursos do que a disponibilidade do planeta, a pegada ecológica global mostra que precisa-se de mais 0,5 (meio) planeta para manter nosso consumo, ou seja, 1,5 (um e meio) planeta (WWF, [201-]). E por meio destas tecnologias avançadas pode se medir o impacto causado pelo ser humano, utilizando-se ferramentas que indicam a pegada ecológica que cada um causa ao meio ambiente (Figura 3).

Figura 3 - Pegada Ecológica

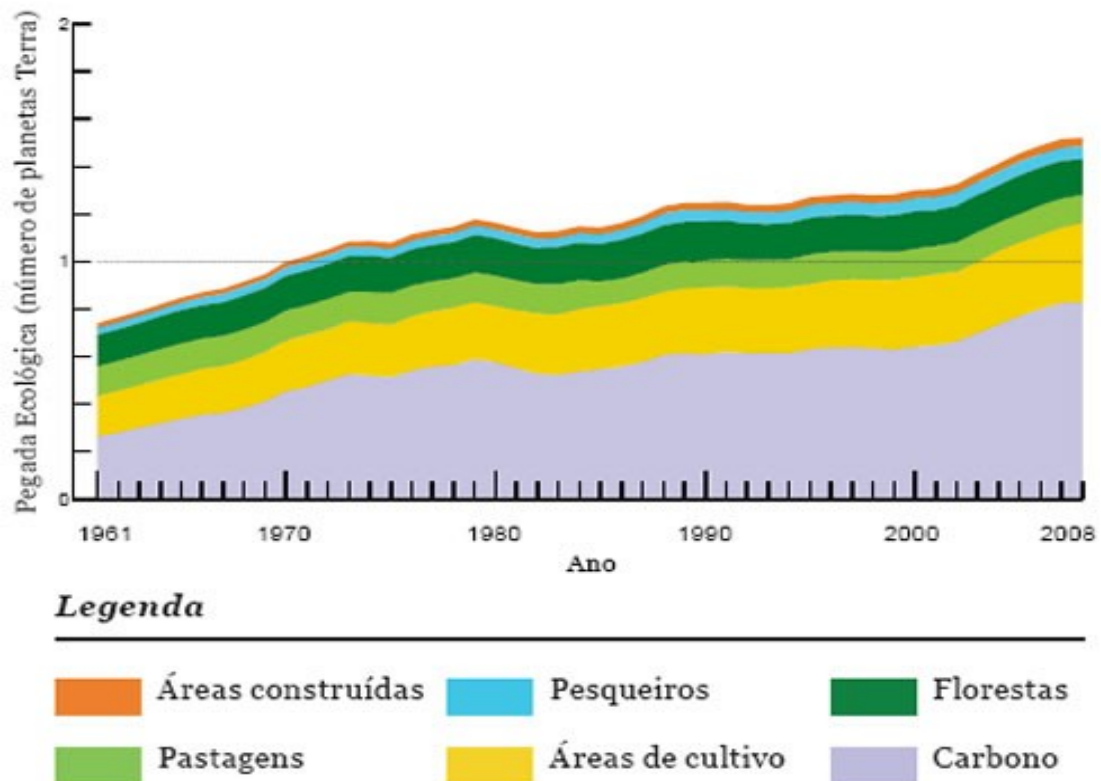


Fonte: WWF - Brasil, 2019.

Estudos mostram que desde o final dos anos 70 a demanda da população mundial por recursos naturais é maior do que a capacidade do planeta em renová-los WWF [201-]).

As pesquisas mostram que para 2050, se continuar neste ritmo, as futuras gerações necessitarão de mais de (dois) planetas. Para mudar este cenário, será necessário um esforço mundial para reverter essa tendência, fazendo com que passemos a viver dentro da biocapacidade planetária (WWF, [201-]). O cálculo da pegada ecológica, expressado em hectares globais (gha), possibilita a comparação de diversos padrões de consumo, verificando, obviamente, se respeitam o meio ambiente, utilizando, de forma racional, os recursos naturais (RODRIGUES, 2017). A Figura 4 exemplifica o cálculo da pegada e a Figura 5 as tendências futuras.

Figura 4 – Pegada Ecológica global por componente (1961-2008)



Fonte: WWF – Brasil, 2019.

O que podemos fazer para contribuir com o planeta:

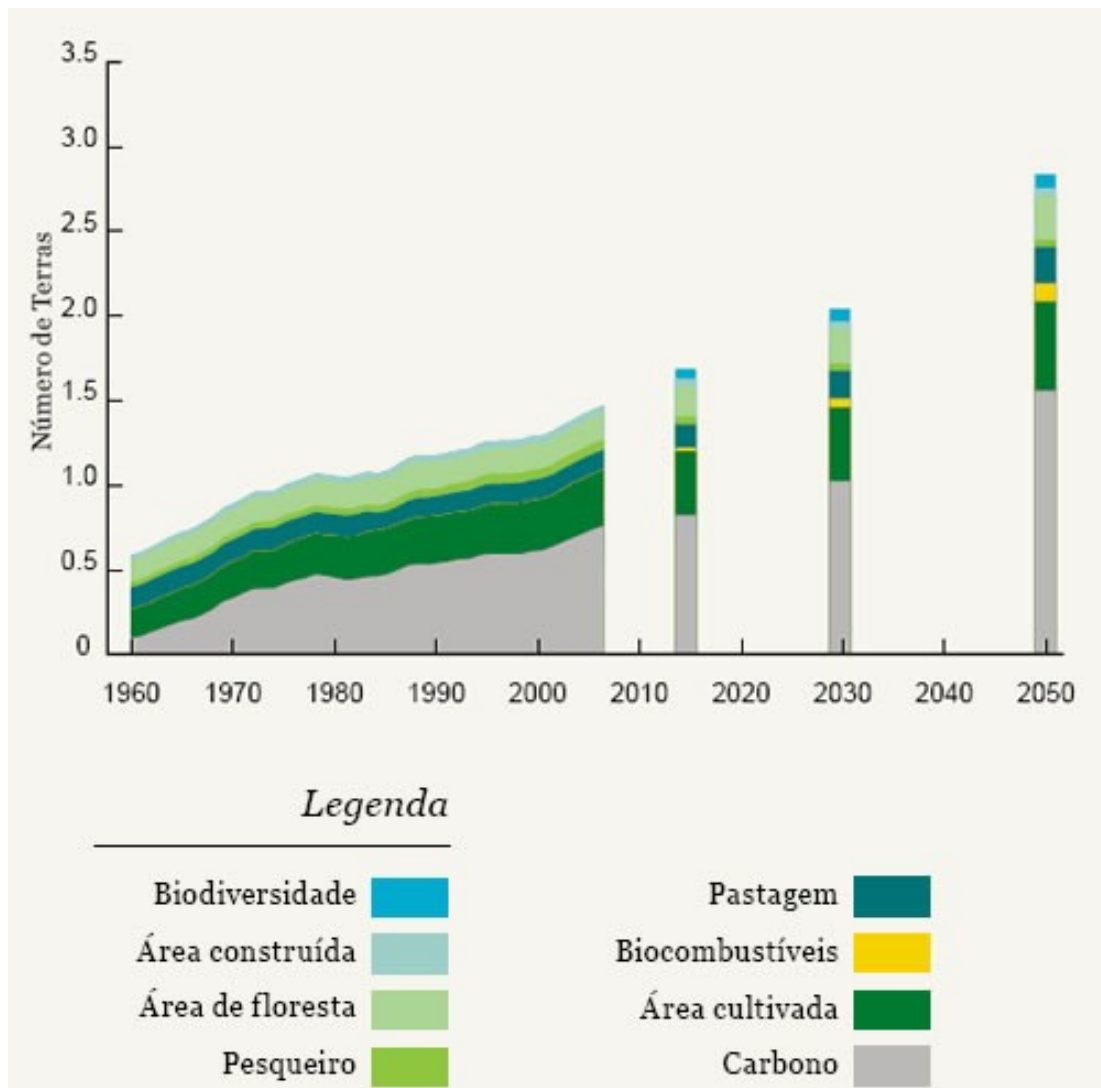
Para ajudar o planeta, e deixar o índice de nossa pegada ecológica satisfatória, não precisamos ir muito longe, sabia? Basta avaliar, com critério, nossos atos e escolhas e mudar aqueles que causam um dano

razoável ao meio ambiente~ e que, muitas vezes, podem passar despercebidos. Uma ação, por mais pequena que possa parecer, faz uma diferença e tanto para o mundo! (RODRIGUES, 2017, sem paginação).

Sendo assim, cada um pode contribuir desde o mais simples ato como os do 5Rs. Esse último se aplicado constantemente pode trazer grandes benefícios a natureza e a humanidade contribuindo diretamente com as gerações futuras.

A Figura 5 representa a tendência do consumo projetado para até 2050:

Figura 5 – Projeções tendenciais da pegada ecológica



Fonte: WWF, [201-].

O desaparecimento de muitos animais, fauna e flora é causado pela demanda crescente do consumo acelerado e nas extrações derivadas destes, ou seja, causa-

efeito/ação-reação. Peredendo-se biodiversidades na natureza, indo além, irrompendo o ecossistema, mais do que isso, mudando o curso natural no planeta. De acordo com WWF, mais um “[...] grave efeito da excessiva exploração da natureza é a perda acelerada da biodiversidade, ou seja, o desaparecimento ou declínio do número de populações de espécies de plantas e animais” (WWF – BRASIL, [201-], sem paginação).

A seguir serão analisados os dados coletados na pesquisa por meio de questionário sobre a temática 3AP aplicado ao Câmpus Gaspar.

#### **4.1 Análises e interpretação dos dados**

O estudo focou a temática Gestão Sustentável: descrevendo os fatores motivadores da gestão sustentável nos institutos federais, mais precisamente no IFSC – Câmpus Gaspar.

Para alcançar os objetivos foram realizadas pesquisas bibliográficas para fundamentar as proposições de sugestões de melhorias por meio de ferramentas da comunicação interna (*Endomarketing*). Também, foi aplicado um questionário adaptado de Luiz *et al.* (2013), com 52 (cinquenta e dois) questões divididas em 5 (cinco) eixos temáticos: uso racional de recursos e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação; licitações sustentáveis. No mesmo instrumento constam 8 (oito) questões desenvolvidas pelos autores.

Após aplicado os questionários, fez-se as análises e interpretação dos dados, comparando com literaturas disponíveis, em especial os estudos similares de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) e Luiz *et al.* (2013). Para facilitar a compreensão serão consideradas as observações feitas pelos participantes (respondentes) da pesquisa, identificados como participante 1, 2, 3, 4 e 5, os quais respondiam ‘sim’ ou ‘não’. Também foram descritas as considerações dos participantes identificados entre aspas

Houve-se a necessidade de um terceiro questionário (APÊNDICE B) com 9 (nove) questões abertas/discursivas aplicado a gestão de pessoas no Câmpus Gaspar, para identificar o processo de comunicação – mais precisamente comunicação interna.



A seguir a análise e interpretação dos dados.

#### 4.1.1 Eixos da A3P e gestão ambiental no Câmpus Gaspar

Esta agenda está voltada para 5 (cinco) eixos temáticos que são: uso racional de recursos e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação; e licitações sustentáveis.

##### 4.1.1.1 Eixo 1 – *Uso racional dos recursos naturais e bens públicos*

Como descrito ao longo da fundamentação teórica os recursos naturais, renováveis ou não, estão cada vez mais escassos. Neste sentido, verificou-se o que o IFSC – Câmpus Gaspar realiza ou não para contribuir com a proteção do meio ambiente e administrar com eficiência seus recursos.

Os bens públicos são coisas materiais e imateriais, que abrangem tudo o que há na natureza, exceto a pessoa.

Assim, bens são coisas materiais ou imateriais que têm valor econômico e que podem servir de objeto a uma relação jurídica. Os bens são espécies de coisas. As coisas abrangem tudo o que há na natureza, exceto a pessoa, mas como “bens” só se consideram as coisas existentes que proporcionam utilidade ao homem, sendo suscetíveis de apropriação, constituindo seu patrimônio, que podem ser os bens corpóreos e os bens incorpóreos. Assim, o patrimônio é o complexo de relações jurídicas de uma pessoa apreciável economicamente. (PORTAL DA EDUCAÇÃO, [201-], sem paginação).

Estas coisas podem servir de objeto a uma relação jurídica. Logo a necessidade de administrar com máxima otimização, devido às crises políticas/financeiras e mesmo à necessidade de mitigar o uso dos recursos naturais, os quais não se regeneram ao mesmo tempo da sua extração.

Boff, Oro e Beuren (2008 *apud* FREITAS; BORGERT; PFITSCHER, 2011, p. 8) destacam que: “as instituições de ensino superior são responsáveis por prover e disseminar o conhecimento e, por essa razão, assumem a responsabilidade por proteger e assegurar a qualidade do meio ambiente.”

A seguir são apresentados no Quadro 5, as 6 (seis) questões relacionados ao uso racional dos recursos naturais e bens público (eixo 1).

Quadro 5 – Questões relacionadas ao Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens público.

<b>Participantes</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>
O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de:	<b>Sim</b>		<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>
• papel; energia; água; copos de plástico (descartáveis); outros materiais /recursos que possam causar impactos ambientais significativos e é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?		<b>Não</b>			
		<b>Sim</b>			

Fonte: Autores, 2019.

A seguir, o detalhamento das respostas do primeiro eixo – uso racional dos recursos naturais e bens público.

- Questão 1: O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?

O consumo sustentável é um conceito a ser praticado por todos os seres humanos do planeta, para manter o ambiente sustentável, para frear o consumo excessivo e para aumentar o tempo da vida na terra. Precisa-se, manter a sustentabilidade das coisas e de tudo o que existe. O consumo sustentável “[...] envolve a escolha de produtos que utilizaram menos recursos naturais em sua produção, que garantiram o emprego decente aos que os produziram, e que serão facilmente reaproveitados ou reciclados” (BRASIL, [201-], sem paginação).

Sendo questionados, os participantes da pesquisa, os participantes concordaram que o IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel. Entre os cinco participantes, dois fizeram observações, o participante 4 acrescentou que “Há controle de cópias das impressoras” e o participante 5 comentou: “A CGA – Comissão de Gestão Ambiental monitora o número de impressões e incentiva a sua redução a partir da divulgação de dados.” Constata-se que o IFSC desenvolve ação de monitoramento/redução do consumo de papel com controle das impressões pela CGA.

Diferentemente das análises feitas por Luiz *et al.* (2013, sem paginação), o qual descreve “[...] que a instituição não desenvolve nenhuma ação de monitoramento para reduzir o consumo do papel [...]”. Enquanto que Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p. 10) destacam que instituição “possui ainda um programa em implantação que visa minimizar a utilização dos papéis em processos e rotinas administrativas, através do uso de um sistema informatizado.” Mas, segundo autores isso é uma ação de otimização de processos, e não voltada à redução de impactos ambientais. O IFSC está a frente comparado a estas duas instituições referenciadas, por ter esta política de controle e educação para redução do uso de papel. Para auxiliar na redução, pode-se implantar provas *online*, por meio de divulgação e promoção interna (*Endomarketing*).

- Questão 2: O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?

Todos os 5 (cinco) participantes da pesquisa, concordaram que o IFSC desenvolve ação de monitoramento/redução do consumo de energia. Como descrito inclusive dois deles fizeram ressalvas. O participante 4 descreve que fazem o “Monitoramento das contas de energia e algumas ações de educação ambiental com alunos e servidores.” enquanto que o participante 5 destaca também a CGA:

A CGA também monitora esse consumo e periodicamente servidores e alunos dos cursos integrados, principalmente, são orientados para buscar ações mais sustentáveis e que incentivem a redução do consumo. Paralelamente, o Departamento de Infraestrutura realiza ações de manutenção e conservação de equipamentos, sobretudo ar condicionados, e estamos realizando a troca de todas as lâmpadas por led, para redução do consumo (PARTICIPANTE 5).

Aqui também percebe-se que há monitoramento tanto para redução do consumo e também para o aprendizado dos alunos de cursos integrados no Câmpus como corroborados na descrição dos participantes 4 e 5. A instituição pesquisada por Luiz *et al.* (2013) não desenvolveu nenhuma ação a este respeito. Enquanto que para Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) não foram detalhadas quais as ações adotadas e/ou implantadas, mas, foi destacada que este eixo é o único seguido que atende todas as recomendações da A3P.

- Questão 3: O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?

Na questão 3, também todos concordaram que há ação de monitoramento/controle do consumo de água. O participante 5 coloca que “Monitoramos todos os pontos de consumo e conseguimos reduzir muito os vazamentos que ocorriam no Câmpus.” No trabalho de Luiz *et al.* (2013) não houve nenhuma ação adotada neste sentido. Para Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) a instituição atende este quesito, mas não descreve quais ações realiza. Percebe-se que o IFSC desenvolve ações de controle como os vazamentos e na manutenção da rede hidráulica para mitigar possíveis desperdícios.

- Questão 4: O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis)?

Na questão 4, nem todos concordaram que o IFSC desenvolve ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis). Ou seja, o participante 2 parece não ter entendido a questão ao dizer que “não são adquiridos copos plásticos para uso no campus”. Por isso optou pelo “não”. Logo, entende-se que todos concordam que há ações desenvolvidas nesse contexto. O participante 1 justificou que “Não são mais utilizados copos plásticos/descartáveis no Câmpus. Tanto alunos quanto servidores utilizam-se de canecas e copos próprios.” E o participante 5 elencou que “Usa-se copos descartáveis apenas nos eventos, os servidores usam canecas e xícaras.”

Também as duas outras instituições utilizadas nesta pesquisa como referência aderem a esta ação que é monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis). Luiz *et al.* (2013) coloca que se organizou um treinamento para que os servidores tenham consciência sustentável, e a “utilização de canecas de vidro em substituição aos copos descartáveis e as impressões realizadas em frente e verso, no modo econômico, ou ainda, mais de uma página na mesma folha.” (LUIZ *et al.* 2013, sem paginação).

- Questão 5: O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais /recursos que possam causar impactos ambientais significativos?

Na questão de número 5, todos concordam que o IFSC desenvolve ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos significativos. Inclusive foram destacados pelo participante 3 as compras sustentáveis. O participante 4 descreve as “lâmpadas, pilhas, REEs, resíduos de laboratório.”, mas, não especificou para onde vai. E o 5 descreve que “Temos várias ações nesse sentido encabeçadas pela CGA e pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Médio Vale do Itajaí – NEAVI. Contamos inclusive com uma horta.” Também pode ser constatado nos trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e no de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) que as outras instituições similares aderiram esta recomendação dado pelo MMA.

Ainda há muito para melhorar nos ambientes institucionais, com políticas de gestão ambiental interna, voltadas para o meio ambiente e a sustentabilidade das coisas em seu meio, evitando assim maior desperdício e garantindo para as gerações futuras melhores qualidade de vida.

- Questão 6: No IFSC é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?

Também nesta questão todos os participantes entrevistados por meio desse questionário concordaram que é dada a destinação devida para os bens e materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável com base no Decreto supracitado. O participante 3 descreve que há “Processo de desfazimento”, o 4 diz que “Se faz muita doação para outros Câmpus.” E o 5 ressalta as normativas e corrobora com o 3 e 4 dizendo que:

Realizamos constantemente processos de desfazimento de bens conforme normativas legais, incentivamos o descarte responsável de materiais com diversos pontos de recolhimento no câmpus e disponibilizamos aos outros

câmpus materiais que não utilizamos por meio de doação” (PARTICIPANTE 5).

Analisando o eixo 1, pode-se constatar nas seis questões que compõe o eixo, que, com a relação das respostas, os números mostram que: 83,3% das respostas neste eixo, são aquelas em que todos os participantes respondentes da pesquisa optaram por responderem “sim”. E 16,7% são onde quatro participantes responderam “sim” e um “não”.

#### 4.1.1.2 Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados

A Lei 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contém instrumentos que visam o enfrentamento ao manejo inadequado dos resíduos sólidos (BRASIL – MMA, [201-]).

Esta Lei prevê ações de prevenção e redução dos resíduos (lixos) gerados, por meio das mudanças de hábitos e de um conjunto de instrumentos e programas de reciclagem e reutilização daquilo que se define como resíduo. E ainda institui a responsabilidade entre todos os agentes envolvidos.

Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo [sic] e pós consumo. (BRASIL, [201-], sem paginação).

A seguir as 5 (cinco) questões relacionadas a temática gestão adequada dos resíduos gerados (Quadro 6).

Quadro 6 – Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados

<b>Participantes</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>
O IFSC pratica e incentiva a política dos 5R's?	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
A coleta seletiva no IFSC atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para a coleta seletiva).	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
O IFSC realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 (2006) para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores?	Não	Não	Sim	Não	Sim
O IFSC possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006?	Não	Não	Não	Sim	Não
No IFSC, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?	Não	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Autores, 2019.

- Questão 7: O IFSC pratica e incentiva a política dos 5R's?

Segundo Pena (2019), os 5Rs são: Repensar; Recusar; Reduzir; Reutilizar; Reciclar:

- **Repensar** – quando se fala em repensar, fala-se em se perguntar sobre a necessidade do produto que está sendo adquirido antes do consumo. É importante sempre levar em consideração os impactos que mais tarde poderão ser gerados sobre a excessiva geração de lixo e a escolha por materiais não reutilizáveis ou não recicláveis;
- **Recusar** – consiste na etapa de recusar produtos que tenham um significativo impacto ambiental, dando preferência a produtos que não agredam o meio ambiente. Se a sociedade em geral recusar em larga escala as mercadorias que podem gerar danos ao meio ambiente, os seus fabricantes podem tentar melhorar os seus sistemas de produção ou sua composição;
- **Reduzir** – trata-se de reduzir o consumo e, conseqüentemente, a produção de lixo. Comprar e utilizar produtos em exagero e sem uma necessidade prática só contribuem para poluir ainda mais o meio ambiente. Além disso, é preciso optar por materiais e produtos mais duráveis, que demoram mais tempo para serem descartados, pois, além de reduzir o lixo, desoneram a exploração dos recursos naturais;
- **Reutilizar** – alguns produtos, antes de serem jogados fora, podem ser reaproveitados, novamente diminuindo a produção de lixo. Além disso, ao reaproveitar o produto, automaticamente não se compra outra mercadoria para realizar aquela função. Por exemplo: reaproveitar latas velhas para fazer porta-copos ou utilizar materiais plásticos para produzir bancos e assentos;
- **Reciclar** – o ato da reciclagem deve ser o último procedimento a ser adotado, ou seja, deve-se diminuir ao máximo a produção de lixo antes de pensar em reciclá-lo, pois quando a quantidade é muito grande, não há reciclagem que resolva o problema. Assim, materiais como papéis, plásticos, latas, metais e outros podem ser transformados em matérias-primas para novos produtos.

Nesta questão, foi questionado se o IFSC pratica e incentiva a política dos 5R's, somente o participante 2 optou por responder que "não" pratica e incentiva a política dos 5R's. Enquanto que os outros quatro responderem que sim. Por exemplo, o participante 4 aponta que o Câmpus Gaspar trabalha "Com ações de sensibilização ambiental". Analisando os outros trabalhos, percebeu-se que IFSC é o único que aderiu a política dos 5Rs.

- Questão 8: A coleta seletiva no IFSC atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2001? (padrão de cores para a coleta seletiva)

A Resolução CONAMA 275/2001, estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores e campanhas informativas para a coleta seletiva (BRASIL – MMA, 2001).

Nas respostas, apenas o participante 4 optou por "Não", enquanto que os outros quatro concordaram que sim. Que o IFSC atende a resolução descrita. Aqui o participante 4 justifica sua resposta descrevendo que o Câmpus não atende as normas da resolução, pois o município não segue esses preceitos: "Não, pois o município de Gaspar não segue esse padrão e o Câmpus destina para a coleta seletiva municipal." Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013), e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) também apontaram em suas pesquisas que as instituições não "aderem" à resolução CONAMA 275/2001.

- Questão 9: O IFSC realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 (2006) para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores?

Este decreto visa instituir normas de separação de resíduos na administração pública federal, esta separação tende a ser na fonte e posteriormente destinado às cooperativas e/ou associações de catadores (BRASIL, 2006).

Os participantes 1, 2 e 4 concordam que o Câmpus "não" realiza ação de coleta seletiva nos termos do decreto. Salienta o participante 1 que "Não há



entidades deste tipo que possam atender às doações do campus. Os materiais são encaminhados para a coleta pública seletiva.” Já o participante 4 enfatiza que “Gaspar não possui associação de catadores”. Os participantes 3 e 5 optaram por dizer que “Sim”, que o Câmpus realiza a coleta seletiva de acordo com o decreto. O desencontro de entendimentos mostra que há de comunicação na gestão dos resíduos no Câmpus, mostrando a importância das ferramentas do *Endomarketing*, para que todos os envolvidos possam ter o mesmo conhecimento na gestão sustentável do Câmpus.

A instituição pesquisada por Luiz *et al.* (2013, sem paginação), adere a realização de coleta seletiva solidária, os autores descrevem que:

O lixo é separado pela empresa terceirizada para executar os serviços de limpeza e destinado corretamente a uma Associação de catadores, conforme determina o Decreto 5.940/2006. No entanto, a Instituição ainda não possui lixeiras seletivas e nem Comissão de Coleta Seletiva Solidária (LUIZ *et al.*, 2013, sem paginação).

Ainda descrevem que de acordo a Diretoria de Administração e Planejamento (DAP), a comissão está (2013, ano da pesquisa) em fase de constituição e quando for oficialmente formalizada espera-se “[...] que esta comissão oriente a aquisição das lixeiras seletivas, bem como trabalhe no processo de conscientização e capacitação, monitoramento e avaliação da coleta seletiva na instituição” (LUIZ *et al.*, 2013, sem paginação).

- Questão 10: O IFSC possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006?

Em seu artigo 5º, o Decreto estabelece que: “Será constituída uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária, no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta, no prazo de noventa dias, a contar da publicação deste Decreto.” (BRASIL, 2006, sem paginação). Ao final do parágrafo supracitado percebe-se que este Decreto determina um prazo para que seja instituída esta comissão para devidos fins, e que envolve diretamente a administração, que é de: planejar, organizar, dirigir e controlar ações que cumpram com as Leis e Decretos entre outras recomendações de ações sustentáveis numa consciência ambiental.

Nesta questão somente o participante 4 optou por responder que “sim” descrevendo que “Tem coleta mas, não destina para catadores e sim para a empresa licenciada da prefeitura.” Aqui percebe-se que o participante equivocou-se com a questão em pauta. Talvez a resposta coubesse à questão 9. Enquanto que os participantes 1, 2, 3 e 5 concordam que o IFSC “não” possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária. Destacando a ênfase do participante 3 que diz que “A CGA está a frente referente as coletas” e o participante 5 que corrobora dizendo não ter esta comissão, “Porém a CGA realiza esse papel.” Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) apontaram em suas pesquisas que as instituições não atendem esse decreto.

- Questão 11: No IFSC, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?

Esta Lei define as diretrizes para o consumo consciente de forma a gerar uma recirculação dos produtos e de recursos, minimizando os impactos causados pela extração excessiva mediante demanda de consumo, ou seja, norteiam o caminho da logística reversa, o reaproveitamento de materiais. A lei inclui medidas para União, Estados e Municípios, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, por meio dos planos e diretrizes para que observem a regulamentação e as práticas de gerenciamento dos resíduos.

Nesta questão percebe-se que três participantes responderam que “sim”. O IFSC atende esta norma, o participante 3 ressalta: “Só pilhas e baterias”. Já os participantes 1 e 4 concordaram que “Não”, o IFSC não tem essa prática, alegando o participante 1 que “Falta estrutura e logística de recebimento e coleta por parte dos comerciantes. Já seu corroborador o participante 4 diz: “A logística das empresas não permite, foi feita apenas um descarte para o fabricante (tonner de impressora da Hp). Os demais são para empresas que recolhem e dão destinação correta (viés social).”

Percebe-se novamente um desacordo entre os cinco participantes, sendo que 2 (dois) deles responderam que “Não” enquanto que o restante (maioria) optou por

“Sim”. Sugere-se que através de ferramentas do *Endomarketig* conecte estas informações de modo real e igual a todos os envolvidos do Câmpus. A instituição pesquisada por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) afirmou que adere a esta Lei de logística reversa, descrevendo: “Já no que concerne a destinação das pilhas, lâmpadas, produtos eletrônicos, pneus e óleos lubrificantes, os mesmos, após o uso são devolvidos ao comerciante.” O trabalho de Luiz *et al.* (2013) afirma que não.

Analisando-se as respostas desse eixo há um grande potencial para as ferramentas de *Endomarketing*.

#### 4.1.1.3 Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

O comportamento humano vem ganhando destaque, uma vez que se percebe que o trabalhador motivado produz mais e melhor. Logo a administração moderna por meio das tecnologias atuais tem utilizado todas as ferramentas necessárias para reunir esforços na redução de gastos e eventuais aumentos de lucro. Qualidade de Vida no Trabalho – QVT é um programa que visa juntar esforços para diagnosticar ações e implementar melhoria no ambiente de trabalho, visando a saúde e qualidade de vida do trabalhador.

No eixo 3, é apresentado o diagnóstico da coleta de dados sobre qualidade de vida no ambiente de trabalho, com 19 (dezenove) questões.

Quadro 7 – Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

<b>Participantes</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>
O IFSC oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários?	<b>Não</b>				
O IFSC atende a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
O IFSC possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?	<b>Sim</b>				
O IFSC possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>
O IFSC possui controle da jornada de trabalho?	<b>Sim</b>				
O IFSC possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (anti-tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>
Os ambientes do IFSC, especialmente os de trabalho, são salubres?	<b>Sim</b>				
O IFSC possui programa de saúde ocupacional?	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>

O IFSC possui programa de orientação nutricional?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>
O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	<b>Sim</b>				
O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	
O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	
O IFSC incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos; da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa; do senso comunitário; da promoção dos relacionamentos interpessoais; incentiva e respeita a liberdade de expressão; a privacidade pessoal; o tratamento impessoal.	<b>Sim</b>				

Fonte: Autores.

- Questão 12: O IFSC oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários?

A “ginástica na empresa” (como é conhecida) segundo Swerts e Robazzi (2014):

[...] a GL é uma atividade de prevenção e compensação considerada uma das medidas para o enfrentamento de distúrbios físicos e emocionais, tendo como objetivo a prevenção das doenças que o trabalho repetitivo e monótono pode acarretar e que podem levar aos acidentes de trabalho e baixa produtividade (SWERTZ; ROBAZZI, 2014, p. 630).

Todos os participantes responderam “não” a essa questão, o IFSC não oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários. Segundo o participante 3 “São realizadas de uma a duas vezes por ano ginástica com a comunidade acadêmica.” Tanto a pesquisa realizada por Luiz *et al.* (2013) e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), descreveram que os outros dois institutos que está servindo de referência para esse estudo, também não oferecem atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários.

- Questão 13: O IFSC atende a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?

A Lei de nº 10.098/2000 “Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (BRASIL – CASA CIVIL, 2000). A lei visa estabelecer as:

[...] normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000, sem paginação).

Mediante a pesquisa realizada, quatro participantes optaram pela resposta “não”, ou seja, que o Câmpus Gaspar não atende estas exigências. Justifica o participante 5, que apesar de optar pela resposta não, esclarece que “[...] temos projeto já em fase de orçamentação para buscar superar as limitações que ainda apresentamos.” Já o participante 4 optou por “sim” que o IFSC atende essas exigências.

Mais uma vez percebe-se a falta de informação entre os pesquisados. O que poderá ser otimizado com aplicação do *Endomarketing* na gestão administrativa/sustentável do Câmpus. Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) respondera em seus questionários que “aderem”, ou seja, que atendem a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações. Luiz *et al.* (2013) constatou-se que a Instituição atende as exigências legais de acessibilidade, com exceção da área que abriga o auditório.

- Questão 14: O IFSC possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?

A norma regulamentadora de ergonomia é Norma Regulamentadora – NR 17, a qual:

[...] visa estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.” (MATO GROSSO, [201-], sem paginação).

Diante dessa questão os 5 (cinco) participantes respondentes, optaram por responder que “sim”, o IFSC possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários. Nenhum deles fez ressalvas.

Conclui-se que o IFSC se preocupa com a saúde de seus servidores no aspecto questionado, o que também foi apontado no trabalho de Luiz *et al.* (2013).

- Questão 15: O IFSC possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?

A NR 05 estabelece as diretrizes para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, dando todo roteiro da sua constituição, execução e manutenção para prevenção de riscos de acidentes. O não cumprimento as normas poderá acarretar penalidades previstas nos regulamentos (GUIA TRABALHISTA, [201-]). O trabalhador é considerado, para que não venha sofrer danos muitas vezes irreversíveis, tanto físicos quanto psicológicos.

CIPA é a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, que tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador (APSA, [201-], em paginação).

Dos participantes da pesquisa 2 (dois) optaram por responder que “sim”, sendo eles o 1 e 2, descrevendo que o IFSC possui essa comissão. O participante 1 descreve que o IFSC “Possui CISSP, sobre saúde e segurança.” A Comissão Interna da Saúde do Servidor Público – CISSP, promove palestras, oficinas de meditação, doação de sangue, entre outros.

Entre os outros três participantes que optaram por responderem que “não”, que o IFSC não possui esta comissão – não é específica como descrito pelo participante 5 que diz: “Possuímos brigada de incêndio e CISSP – que exerce função semelhante à CIPA e ainda mais abrangente.” Observa-se que tanto os participantes 1 e 2, que optaram por responderem que o IFSC possui esta comissão, e o 5 que respondeu que “não”, mas corroborou com o 1 e 2 afirmando que a CISSP tem maior abrangência do que a própria CIPA.

Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e o de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) apontam que as instituições não possuem essa comissão.

- Questão 16: O IFSC possui controle da jornada de trabalho?

Nesta questão todos concordaram que há o controle da jornada de trabalho, e nenhum dos participantes fez observações. O controle é feito por cartão ponto. Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e no de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) também apontam que as instituições controlam a jornada de trabalho.

- Questão 17: O IFSC possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (anti-tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?

“A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional” (BRASIL, 2012, sem paginação). Salienta-se ainda que a administração pública deve promover os meios necessários para que isso venha acontecer e que a qualidade de vida no ambiente de trabalho, tanto profissional quanto pessoal, possa ter resultados mediante indicadores construídos anteriormente (BRASIL, 2012, sem paginação).

Com relação as respostas dessa questão todos os participantes responderam que “não”, que o IFSC não possui esse grupo especializado/capacitado para o apoio a neuroses (anti-tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas). Mas o Câmpus tem uma psicóloga no quadro como salienta o participante 5 que descreve: “Porém possui psicóloga seu núcleo pedagógico para apoio aos alunos e pais e psicóloga para acompanhamento de servidores vinculada ao Departamento de Gestão de Pessoas.” Os outros dois institutos pesquisados por Luiz *et al.* (2013) e Freita, Borgert e Pfitscher (2011) responderam que não, ou seja, não há grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (anti-tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas).

- Questão 18: Os ambientes do IFSC, especialmente os de trabalho, são salubres?

Partindo do conceito de salubre, associado a melhoria da saúde; sadio e saudável (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2019), os participantes responderam que “sim”, o ambiente de trabalho no IFSC – Câmpus Gaspar é

salubre. O mesmo acontece com as respostas dos trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e no de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

- Questão 19: O IFSC possui programa de saúde ocupacional?

Segundo Conceito Zen (2019, sem paginação), “Saúde Ocupacional é a responsável pela prevenção e redução de riscos à saúde dos trabalhadores proporcionando condições de qualidade para todos os colaboradores.” Nesta questão 3 (três) participantes responderam que “sim”, que o IFSC possui programa de saúde ocupacional são eles: o 2, 3 e 5. Já os participantes 1 e 4 optaram por responderem que “não”. Destaca o participante 4 que tem “Apenas uma comissão que realiza atividades frequentes.” A comissão citada é a CISSP.

Percebe-se que, ainda não está bem difundido esse programa entre os servidores do Câmpus. Por meio da comunicação interna – *Endomarketing* será proposto ações que visem sanar essas desinformações entre os servidores. A pesquisa de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) aponta que há adesão ao programa de saúde ocupacional, mas os autores não descreveram sobre o assunto especificamente. Enquanto que na pesquisa de Luiz *et al.* (2013) traz que a instituição não adere ao programa.

- Questão 20: O IFSC possui programa de orientação nutricional?

“Os Programas de Saúde do Trabalhador (PST) ou Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRSTs) surgiram no final do regime militar, com o crescimento dos movimentos populares e o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores.” (LANCMAN; GHIRARDI, 2002, p. 47).

Sendo questionados os participantes, todos optaram por responder que “não”, concordando que o IFSC não possui programa de orientação nutricional. Sugere-se que o Câmpus (objeto desse estudo) possa incluir na sua gestão sustentável uma ação de qualidade de vida no ambiente organizacional. Uma vez que quando o colaborador está feliz, seu rendimento é melhor e se tiver, por exemplo, com dores, por causa da falta de cuidados nutricionais, como é o caso da obesidade e as



comorbidades (associação de uma ou mais doenças) diminuirá seu rendimento e o desenvolvimento da instituição – organização.

- Questão 21: O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?

Todos os participantes dessa pesquisa optaram por responder que “sim”, que o IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas. O participante 3 descreve que o “Edital de capacitação.” Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e o de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) apontam que as instituições pesquisadas têm ações nesse sentido.

No que concerne a capacitação, sempre que possível e dentro do permitido legalmente, a Instituição concede horário especial para servidores que possuem interesse em se qualificar. Também tem a prática de oferecer cursos internos para servidores novos na instituição; só nos últimos doze meses já foi oferecido aproximadamente 80 (oitenta) horas de capacitação, totalizando acerca de 22 (vinte e dois) cursos; dentre estes está incluso um curso pertinente a questão socioambiental, o qual teve duração de 8 (oito) horas (LUIZ *et al.*, 2013, sem paginação).

Como descrito por Luiz *et al.* (2013), a instituição possui hábitos e programas, mas que essas ações ainda tendem a serem sistematizadas.

- Questão 22: O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?

A capacitação é um “[...] processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2006, sem paginação).

A mesma instituição também define desenvolvimento como: “[...] processo continuado que visa ampliar os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos servidores, a fim de aprimorar seu desempenho funcional no cumprimento dos objetivos institucionais.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2006, sem paginação). QueConceito (2019, sem paginação), corrobora descrevendo que a “[...]”

capacitação dota ao capacitado meios suficientes para resolver problemas, realizar tarefas definidas e alcançar objetivos propostos em tempo hábil e com um esforço especial.”

Neste sentido, percebe-se que entre os 5 (cinco) participantes da pesquisa, 2 (dois) optaram por responder que “não” (que o IFSC não incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas). Novamente percebe-se discordância de entendimento, resultado da falta de comunicação interna (*Endomarketing*). Já, das outras duas instituições utilizadas como referência a este trabalho, Luiz *et al.* (2013) traz que a instituição adere a esse tema, e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) trouxe que não.

- Questão 23: O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?

Nesta questão, dos 5 (cinco) participantes apenas 1 (um) respondeu que “não”, que o IFSC não incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo, sendo ele, o participante 3. O trabalho de Luiz *et al.* (2013) aponta que a instituição tem esse incentivo, já Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) apontou que não.

- Questão 24: O IFSC incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?

Segundo Bezerra (2018, sem paginação), “O preconceito é um juízo de valor criado sem razão objetiva e que se manifesta por meio da intolerância.” A mesma autora o define como: “[...] um pré-julgamento – literalmente, "pré-conceito" - uma concepção que já existe sem que haja fundamentação científica para tal opinião” (BEZERRA, 2018, sem paginação). Todos os participantes desta pesquisa optaram por responder, sobre esse tema, que “sim”, o IFSC incentiva e promove estas ações, através da ausência de preconceitos. Entre, os outros dois institutos pesquisados

como referência, Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) apontam que a instituição incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos.

- Questão 25: O IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?

Toda organização, para obter bons resultados, precisa ter equipes que estejam engajadas com os objetivos dela. E a satisfação tanto profissional quanto pessoal conta muito. Por isso se faz necessário investir na área social da empresa.

Debastiani e Bitarello (2005 *apud* ESPAÇO DA ADMINISTRAÇÃO, 2010, sem paginação) “[...] afirmam que uma empresa socialmente responsável caracteriza-se como tal não somente sendo ética e dando condições de trabalho, mas também criando condições internas de satisfação e realização profissional dos colaboradores.” “A empresa tem como objetivo fazer acontecer o negócio da empresa, e se o ambiente de trabalho é satisfatório, é comum que os resultados sejam melhores” (ESPAÇO DA ADMINISTRAÇÃO, 2010, sem paginação).

Todos os participantes da pesquisa concordaram que o IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa. Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e o de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) também apontam que existem essa integração.

- Questão 26: O IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio do senso comunitário?

Nesta questão, somente o participante 1 optou por responder que “não”, que o IFSC não incentiva e promove a integração social interna por meio do senso comunitário, enquanto que os outros quatro responderam que sim. Luiz *et al.* (2013) trouxe que sua instituição não tem esse incentivo e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) que sim, a instituição tem essa prerrogativa.

- Questão 27: O IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais?

Sobre esse tema, todos concordaram que “sim”, que o IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais. Também sem ressalvas. Luiz *et al.* (2013) trouxe que sua instituição não tem esse incentivo e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) que sim, a instituição promove essa integração.

- Questão 28: O IFSC incentiva e respeita a liberdade de expressão?

Nessa questão todos os participantes da pesquisa, concordaram com respostas “sim”, incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais. O mesmo é apontado nos trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e no de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

- Questão 29: O IFSC incentiva e respeita a privacidade pessoal?

Igualmente nessa questão, todos concordaram que “sim/aderem”, que o IFSC incentiva e respeita a liberdade de expressão.

- Questão 30: O IFSC incentiva e respeita o tratamento pessoal?

Também sem alguma ressalva, todos concordaram que “sim”, a instituição incentiva e respeita a privacidade pessoal.

Realizado o diagnóstico sobre a temática do eixo 3 – que é qualidade de vida no ambiente de trabalho, pode-se verificar que há potencial para uso de ferramentas de *Endomarketing*.

#### 4.1.1.4 Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

No eixo a seguir, são apresentadas 6 (seis) questões sobre sensibilização e capacitação dos servidores, como segue no quadro 8:

Quadro 8 – Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

Participantes	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
O IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos; com os servidores docentes; há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais; promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?					<b>Sim</b>
O IFSC desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?	<b>Não</b>				<b>Sim</b>
O IFSC produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?			<b>Não</b>		<b>Sim</b>

Fonte: Autores.

- Questão 31: O IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os e servidores técnico-administrativos?

Todos os participantes concordaram que o IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos. O participante 4 salienta que: “Sempre há cursos para servidores EaD ou presenciais e ainda editais específicos.” Luiz *et al.* (2013) afirmam que os técnicos administrativos têm ações de sensibilização e capacitação, já Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) afirmam que não. “Como sensibilizar colaboradores e usuários da instituição, se os gestores, principais responsáveis pela sensibilização não se sensibilizam, como se observa na não adesão do primeiro objetivo da A3P?” (FREITAS; BORGERT; PFTISCHER, 2011, p. 11).

- Questão 32: O IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?

Também nesta questão todos optaram por “sim”, que o IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes. Luiz *et al.* (2013)

afirmam que os docentes têm ações de sensibilização e capacitação, já Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) afirmam que não.

- Questão 33: No IFSC, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?

Outra vez, todos concordaram que no IFSC há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais. O participante 4 elenca que “Nas reuniões nos conselhos superiores os assuntos são tratados.” Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) trazem que não.

- Questão 34: O IFSC promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?

Nesta questão também todos concordaram que o IFSC promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino. Mais uma vez o participante 4 descreve que promovem a educação ambiental “De forma transversal no ensino e pelas atividades de extensão.” Nenhuma das duas instituições, objeto de comparação a esta pesquisa aderem a questão supracitada.

- Questão 35: O IFSC desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?

Já nesta questão apenas um participante optou por responder “não”, que o IFSC não desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Mas, os outros quatro optaram por responderem que “sim”. O 3 destaca “Projeto de extensão”. Os trabalhos de Luiz *et al.* (2013) e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) afirmam que não desenvolvem.

- Questão 36: O IFSC produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?

Nesta questão os participantes 1, 2, 3 e 4 concordam que o IFSC produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente. Somente o 5 discordou, optando por resposta “não”. Nesta questão precisa-se utilizar do *Endomarketing* para que todos os membros da Comissão Local e os demais servidores do Câmpus, possam estar no mesmo alinhamento relativo as informações e questões sustentáveis que ocorrem na instituição.

Conclui-se com as 6 (seis) questões supracitadas que o *Endomarketing* se faz necessário para disseminar informações, possibilitando que todos possam além de visualizarem, lerem e se fazerem mais proativos quanto ao tema.

#### 4.1.1.5 Eixo 5 – Licitações Sustentáveis

O desenvolvimento sustentável foi um dos marcos registrados no texto do relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), sendo descrito como o desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades atuais sem comprometer a sustentabilidade das gerações futuras (VALENTE, 2011). A Lei de nº 12.349/2010, altera a Lei 8.666/1993, que trata da licitação sustentável, com a seguinte redação em seu Art. 3º:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (PORTAL DAS LICITAÇÕES, 2012, sem paginação).

Percebe-se que além de garantir princípios da administração pública, a mesma, enfatiza a promoção do desenvolvimento sustentável no serviço público. A seguir, análises sobre essa temática, demonstrado inicialmente no Quadro 9:

Quadro 9 – Eixo 5 – Licitações Sustentáveis

<b>Participantes</b>		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<b>Obras Públicas</b>	Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais	<b>Sim</b>				
	É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?					
<b>Aquisição de Bens</b>	É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>		
	Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?					
	É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas)?	<b>Não</b>				
	O IFSC adquire produtos reciclados?	<b>Sim</b>				<b>Não</b>
	É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?					
	Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	
	Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?			<b>Sim</b>		
	Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?			<b>Sim</b>		
<b>Serviços Públicos</b>	Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?	<b>Não</b>	<b>Sim</b>			
	Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?		<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	
	Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade; que realize a separação dos resíduos sólidos descartados; que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia e sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?	<b>Sim</b>				

Fonte: Autores.

- Questão 37: Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?

Nesta questão todos optaram por responder que o IFSC se adéqua às exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização em seus



projetos de engenharia para construções. Em todas as questões do eixo 5, Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) mostram que a instituição não aderiu a nenhuma delas. A pesquisa realizada por Luiz *et al.* (2013) indicaram que aderem.

- Questão 38: É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?

Também nesta questão todos os participantes da pesquisa optaram por “sim”. O trabalho de Luiz *et al.* (2013) indica que a instituição pesquisada também adere.

- Questão 39: É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?

Nesta questão, quatro participantes responderam que “sim”, que o IFSC dá a devida preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza. O participante 4, apesar de optar por resposta “sim” descreve que: “Mas, nem todos.” Percebe-se pela descrição do 4, que dão sim a preferência, mas, muitas vezes, não em todos os produtos/serviços. Somente o participante 2 optou por responder “não”. Nesta questão Luiz *et al.* (2013) indica que a instituição pesquisada também adere. Mais uma vez este elo de informação para a otimização da gestão administrativa/sustentável do Câmpus, incluindo a Comissão Local, precisa ser garantida utilizando se dos meios e das ferramentas do *Endomarketing*.

- Questão 40: Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?

Também nesta questão, somente o participante 2 optou por resposta “não”, enquanto que os demais optaram por “sim”. O trabalho de Luiz *et al.* (2013) aponta que a instituição também observa esse critério.

- Questão 41: É dado prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas)?

Mais uma vez, somente o participante 2 optou por responder “não”, que no IFSC não é observado estes critérios. Os demais optaram por “sim”. O trabalho de Luiz *et al.* (2013) aponta que a instituição também observa esse critério.

- Questão 42: O IFSC adquire produtos reciclados?

O participante 4 além de optar por resposta “sim”, fez uma ressalva, sobre se o IFSC adquire produtos reciclados, descrevendo “Para alguns itens.” Somente o 5 optou por responder “não”. Os resultados de Luiz *et al.* (2013) também apontam para essa aquisição.

- Questão 43: É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?

Quatro participantes responderam “sim”, que o IFSC observa a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos, mais uma vez o participante 4 descreve que “Para alguns itens.” Os resultados de Luiz *et al.* (2013) também apontam essa preocupação da instituição.

- Questão 44: Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?

Nesta questão os participantes 2, 3 e 5 optaram por responder “não”, que o IFSC não observa a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos. Salaria o 5 que “Estamos proibidos de adquirir veículos.” Os participantes 1 e 4 optaram por “sim”, inclusive o 1 fez uma ressalva: que apesar de optar por “sim”, alega que “Não há estruturas para a adoção de combustíveis

alternativos.” Aqui percebe-se que houve discrepância entre os entrevistados. Na instituição pesquisada por Luiz *et al.* (2013) é feita essa observação.

- Questão 45: Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?

Quatro dos participantes da pesquisa concordaram entre si, que no IFSC existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento. Somente o participante 2 respondeu “não”. Também na instituição pesquisada por Luiz *et al.* (2013) existe essa preferência.

- Questão 46: Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?

Também nesta questão, quatro dos participantes concordaram entre si, que na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, o IFSC observa os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20, que instituiu o selo ruído (LEGISWEB, 1994). Mais uma vez, o participante 2 respondeu que “não”. Na instituição pesquisada por Luiz *et al.* (2013) se observam esses critérios.

- Questão 47: Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?

O participante 2 que assinalou que “não”, enquanto que os demais, concordaram que nos editais no IFSC, é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados. No trabalho de Luiz *et al.* (2013) o treinamento é exigido.

- Questão 48: Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?

Igualmente a questão nº 48, somente o participante 2, optou por assinalar que “não”, enquanto os demais, concordaram que nos editais no IFSC, se exige que a

empresa utilize equipamentos de limpeza que gerem ruídos. Essa exigência também é observada no trabalho de Luiz *et al.* (2013).

- Questão 49: Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?

Nesta questão todos concordaram que “sim”, que nos editais, é observado que a obrigatoriedade do fornecimento dos equipamentos de segurança aos colaboradores, o que também foi afirmado no trabalho de Luiz *et al.* (2013).

- Questão 50: Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados?

Também nesta questão todos concordaram que “sim”, que nos editais, é observado, que realize a separação dos resíduos sólidos descartados, também confirmado no trabalho de Luiz *et al.* (2013).

- Questão 51: Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?

Também nesta questão todos concordaram que “sim”, que nos editais, é observado, que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia. Luiz *et al.* (2013) também confirmou essa exigência para sua a instituição pesquisada.

- Questão 52: Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?

Também nesta questão todos concordaram que “sim”, sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico, igualmente apontado por Luiz *et al.* (2013).

A seguir, análises de 8 (oito) questões abertas, desenvolvidas pelos autores.

#### 4.1.1.6 Programas de gestão socioambiental no IFSC Câmpus Gaspar (APÊNDICE A)

As questões a seguir, foram desenvolvidas no intuito de ampliar o entendimento sobre os fatores que motivaram o IFSC a aderir aos programas socioambientais. Foram questões descritivas.

- Questão 1: Quais foram os fatores motivadores da adoção das práticas ambientais no Câmpus Gaspar?

Segundo o participante 1, os fatores que motivaram foram as exigências contidas nos PLS: “As exigências contidas no PLS – Plano de Logística Sustentável – e nas demais normativas cabíveis, além da iniciativa de adequar o Câmpus a tais exigências e a um ambiente efetivamente sustentável.” O participante 2 destaca que a equipe da Comissão de Gestão Ambiental é atuante. O participante 3 destaca que é a “Cultura organizacional”. O participante 4 elenca o compromisso social que a instituição carrega consigo, como descreve: “Papel social da instituição. Políticas públicas obrigatórias e voluntárias para instituições de ensino.” Já o participante 5, diz que “O Câmpus sempre teve como norteador a preocupação com a sustentabilidade em todos os seus 3 pilares, o que se alinha ao PDI institucional e às discussões realizadas sobretudo na área de química e meio ambiente. Agimos também articulados à Política de Sustentabilidade do IFSC, sendo câmpus de referência na rede nesse sentido.”

Nesta questão, percebe-se que a motivação parte da própria evolução do IFSC, quanto instituição. Ou seja, o início do Programa IFSC Sustentável e do planejamento estratégico da instituição, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

- Questão 2: Qual a visão do Câmpus com relação às temáticas socioambientais? (do ponto de vista administrativo, pedagógico, social...)

O participante 1 descreve que são “[...] temas a serem efetivamente implantados no âmbito do Câmpus, proporcionando um ambiente adequado à

vivência e de acordo com as prerrogativas legais.” O participante 2 salienta que “são abordados transversalmente nos cursos e disseminados com apoio da CGA”. O participante 3 descreve que o “[...] câmpus tem um olhar para preservação e combate de desperdício de energia e recursos hídricos, separação e destinação correta dos resíduos, ações educativas como doação e plantio de árvores e construções de hortas comunitárias pelo município, palestras a comunidade acadêmica e comunidades do entorno.” O participante 4 diz que são “importantes e necessárias nas atividades da instituição e para a região.” Descreve o participante 5 que

“são transversais e basilares em relação a todos os cursos e ações que realizamos. O Câmpus participa, desde a sua criação, do movimento ODS e promove essa reflexão em todos os cursos e áreas, inclusive com cursos dedicados exclusivamente a essa temática” (PARTICIPANTE 5).

Nesta questão, percebe-se, que no IFSC, esses temas são constantemente debatidos entre o corpo da gestão administrativa do Câmpus, e tem uma ampla visão de melhorias, como descrito pelo participante 3, em ter um olhar contra o desperdício.

- Questão 3: Quais as ações na área de gestão de pessoas (servidores) para disseminação dos conceitos socioambientais? E, qual o nível de comprometimento entre todos os servidores com relação às ações executadas?

O participante 1 descreve que “é divulgado o PLS a todos os servidores pela Comissão Central IFSC Sustentável, e os servidores comprometem-se com as ações propostas.” O participante 2, desconhece ao descrever que “não se aplica”. O participante 3 enfatiza a comissão: “a comissão de gestão ambiental atuante e a utilização do PLS – Plano de gestão de logístico sustentável do IFSC, são fatores que contribuíram para divulgação de ações.” já o participante 4 descreve que essa disseminação não acontece com todos os membros integralmente: “As atividades internas de sensibilização são limitadas, porém constantes, como, por exemplo, nas reuniões das áreas, e momentos de avaliação do Câmpus. Os servidores estão parcialmente comprometidos.” O participante 5 descreve que:

“Temos muitos servidores envolvidos na discussão dessa temática e, como já dito, incentivamos discussões contínuas a esse respeito. Temos CISSP ativa e engajada e promovemos eventos semestrais a esse respeito, com destaque para a Semana do Meio ambiente, Semana do Servidor e Semana Nacional de Ciência e Tecnologia” (PARTICIPANTE 5).

A análise desta questão demonstra que existem várias ações no Câmpus para disseminar os conceitos socioambientais entre os servidores.

- Questão 4: Qual a metodologia utilizada para implantação das ações socioambientais no Câmpus? Atendem alguma legislação, ou são voluntárias?

O participante 1 destaca que “são realizadas parcerias com instituições, como os CRAS, e envolvimento da comunidade em projetos como hortas comunitárias, este último realizado de forma voluntária.” O participante 2 destaca a cartilha “A3P”. O participante 3 diz que “geralmente são ações de projetos de extensão e pesquisa. Podem ser voluntárias e também podem seguir de normas.” O participante 4 diz que “Usa-se como metodologia um planejamento anual com reuniões de acompanhamento, define-se responsabilidades e prazos. As ações são em parte voluntárias e em parte atendem à legislação.” O participante 5 diz que “Todas as ações são baseadas em discussões acadêmicas, na A3P e na Política de Sustentabilidade do IFSC.”

Nesta questão, pode perceber que o IFSC busca parcerias com outras instituições, a exemplo o CRAS. Neste aspecto, a busca por pesquisas e extensão por meio de planejamentos, gerando ações que visam metodologicamente criar marcos norteadores e indicadores para melhorias socioambientais.

- Questão 5: Como é o processo de investimentos, compras e contratações com relação aos aspectos socioambientais? Existe algum processo sustentável?

O participante 1 descreve que “É realizado tendo-se em vista as exigências legais aplicáveis a tais processos. Como exemplo de processo sustentável, o PLS determina a destinação de 0,5% do orçamento dos Câmpus para ações

sustentáveis.” O participante 2 disse: “sim há”. Já o participante 3 destaca os editais: “Edital de materiais de consumo sustentável, o PLS direciona 0,5% dos recursos orçamentários para ações sustentáveis.” O participante 4 descreve: “Isso é centralizado na reitoria, e poucos processos seguem preceitos sustentáveis.” enquanto que o participante 5 diz que “Sim, como instruído pelas normativas legais e Política de Sustentabilidade da instituição.”

Nesta questão percebe-se que mediante exigências contidas na PLS e na legislação há alguma inserção de critérios socioambientais nos processos de compras e contratações na instituição.

- Questão 6: Existe gestão dos resíduos gerados pelo Câmpus? Explique.

Descreve o participante 1, que

“Sim. Os resíduos, recicláveis, inertes são destinados à coleta municipal; os resíduos dos laboratórios de Química são neutralizados para posterior acondicionamento e descarte; resíduos eletroeletrônicos, óleo de cozinha, lâmpadas e pilhas são encaminhados a empresas especializadas. Há ainda a coleta de resíduos orgânicos, como cascas de frutas, destinados a uma composteira no próprio Câmpus” (PARTICIPANTE 1).

O participante 2 descreve também que “sim, através de coleta seletiva e descarte adequado”. O participante 3 descreve que “São separados os resíduos reciclados, os orgânicos e os classificados potencialmente perigosos para destinação correta.” O participante 4 também diz que “Sim, coleta seletiva em todos os ambientes e espaço para armazenamento.” E o participante 5 corrobora descrevendo que

“Sim. Os resíduos são separados de acordo com sua especificidade e destinados corretamente a reúso, reciclagem ou descarte. Os resíduos orgânicos gerados na cozinha são usados para compostagem. O material recolhido nos laboratórios, possui descarte específico, tendo em vista potencial toxicidade. Possuímos horta e espiral de ervas. Estamos à frente do Núcleo de Agroecologia do Vale do Itajaí e, em virtude das ações sustentáveis e de educação para o desenvolvimento sustentável e descarte socioambientalmente correto de resíduos fomos contemplados, em 2014, com o prêmio Expressão de Ecologia” (PARTICIPANTE 5).

Todos concordaram que existe gestão dos resíduos gerados pelo Câmpus, ressaltando coleta municipal, empresas especializadas (no caso de produtos químicos, pilhas, baterias etc), e ainda outras ações de extensão e pesquisa.



- Questão 7: Além, da gestão de resíduos, como o Câmpus faz a gestão dos materiais e dos insumos (água e energia)?

O participante 1 descreve que “Há monitoramento do consumo e adequação, se necessário.” O participante 2 destaca que “sim”. O participante 3, descreve que:

“Todas as torneiras de banheiros são de fechamento automática para combater o desperdício, os consertos de vazamentos são prioritários pela zeladoria. Para economia de energia elétrica são comprados equipamentos com melhor consumo e desempenho de energia e realizado companhias para consumo sustentável” (PARTICIPANTE 2).

O participante 4 descreve que há “Monitoramento e sensibilização.” E o participante 5 diz já ter explicado na questão anterior.

Conclui-se nessa questão, que o IFSC – Câmpus Gaspar, monitora, controla, e investe em redução de gastos, e demonstram preocupações com sustentabilidade e o meio ambiente.

- Questão 8: Cite alguns exemplos recentes de melhorias socioambientais desenvolvidas pelo Câmpus, e quais são os reflexos do ponto de vista econômico, ambiental e social, e na formação dos alunos.

O participante 1 descreve que

“Há projetos de hortas comunitárias, plantio de mudas, oficinas de reutilização de materiais, de produção de sabão e velas artesanais, de produção e utilização de ervas medicinais. Tais ações integram a comunidade, consolida o IFSC como agente de agregação e desenvolvimento e divulga modos de vida mais sustentáveis e saudáveis, o que é muito importante inclusive para a formação integral dos alunos como cidadãos” (PARTICIPANTE 1).

O participante 2, enfatiza que “Através do NEAVI, projetos de hortas urbanas, multiplicadores ambientais, aquisições lâmpadas de LED, adequação do descarte de resíduos líquidos”. O participante 3 destaca a

“Execução de projetos de extensão e pesquisa como plantio de árvores e horta comunitária, coleta e análise de efluentes tratado para verificação da qualidade da água, palestras educativas, coletas seletivas. São ações que contribuem para a qualidade de vida e para o meio ambiente” (PARTICIPANTE 1).

O participante 4 corrobora com o participante 3 ao citar o “Plantio de árvores e flores, melhoria do ambiente. Não uso de substâncias muito contaminantes nas

práticas laboratoriais, menos poluição nos rios. Troca das lâmpadas fluorescentes pelas LEDs, economia de energia.” Já o participante 5 descreve que “São muitos” e se colocou a disposição para expor as ações.

Ao término da análise dessas questões, pode se verificar que o Câmpus Gaspar desenvolve muitas ações em seu espaço institucional, na área de influência do seu entorno e contribui para o fortalecimento das discussões na comunidade científica além seus planejamentos no ensino, pesquisa e extensão. Mas houve discrepâncias nas respostas dos participantes da pesquisa, o que delineou um terceiro questionário (APÊNDICE B) sobre fatores de comunicação interna aplicado ao RH do Câmpus.

#### 4.1.1.7 *Endomarketing na gestão do Câmpus Gaspar*

Questionado sobre a primeira que questão de como é tratado a gestão de comunicação no Câmpus Gaspar, segue alguma metodologia, o participante descreveu que “Segue a política de comunicação adotada pelo IFSC.” Esta política teve sua origem em 2013 do qual gerou um documento norteador para institucionalizar as políticas de comunicação da instituição.

Já na segunda questão foi perguntado quais os meios de comunicação interna utilizado pelo Câmpus, o participante descreveu: “Utilizamos e-mail, ramais telefônicos e *Whatsapp* para as comunicações internas. Além das reuniões.”

Questionado sobre se faz a utilização de ferramentas do *Endomarketing* (questão 3), se existem treinamentos sobre comunicação e disseminação da informação na gestão de pessoas do Câmpus (questão 4) e se todos os setores interagem de forma eficiente, considerando a comunicação de informações (questão 5), em todas essas três questões o participante descreveu “Não”. Ou seja, não faz utilização de ferramentas do *Endomarketing*, descreve que não há treinamentos neste aspecto para disseminação da informação. E que os setores não se interagem de forma eficiente.

Na questão 6 (seis), questionado sobre quais os fatores motivadores na comunicação do IFSC – Câmpus Gaspar, o participante descreve: “Não vejo fatores motivadores.” Logo percebe-se que o *Endomarketing* precisa ser aplicado à gestão de pessoas como base disseminadora das informações e na gerência motivacional,

e por meio dessa vai delineando-se por todos os outros setores, principalmente a Comissão Local sobre meio ambiente e sustentabilidade que é o estudo de caso desse trabalho.

Questão 7 (sete) perguntado sobre o que precisaria ser melhorado neste aspecto, o participante descreveu que “Nossa comunicação não é muito eficiente. Mas tem melhorado com o tempo, com ajuda do *Whatsapp* e dos pedidos de melhoria nas reuniões.”

Questionou-se na questão 8 (oito) se o departamento de pessoal tem ciência da Comissão de gestão ambiental no Câmpus, o participante descreveu “Sim”.

Na questão 9 (nove) foi perguntado, como é a relação de comunicação e articulação das informações entre ambos, o participante descreveu que é de “Pouca interação.”

Conclui sobre essa análise que ao se tratar de comunicação interna, o IFSC já tem demonstrado preocupações há muito e mediante ao seu rápido crescimento e a descentralização da instituição. E em 2013 sob o anseio dessa necessidade foi criado as políticas de comunicação que visam no engajamento coletivo já desde a criação do documento que hoje é o norte, e que está em constante evolução a medida que surgem as necessidades locais.

Percebeu-se que para aplicar ferramentas do *Endomarketing* na Comissão Local de gestão ambiental será necessário conectar os setores do Câmpus – no sentido digamos, de comprometimento à sustentabilidade, sendo necessário desenvolver um planejamento de *Endomarketing* principalmente de forma motivadora para que a informação possa alcançar seu objetivo e cada agente possa trazer para si a responsabilidade tanto social, ambiental, sustentável e ecologicamente correto, afinal sustentabilidade se aplica a todos e a quase tudo.

#### 4.1.2 Proposta de ferramentas de Endomarketing

A partir da análise dos resultados, na qual constatou-se falhas de comunicação interna da informação entre os participantes da pesquisa e por isso houve-se a necessidade de construir e aplicar um terceiro questionário (APÊNDICE B). Aplicado ao coordenador em gestão de pessoas do Câmpus, sobre comunicação interna. Com base nos dados coletados pode-se analisar que o conceito de

*Endomarketing* não se aplica a gestão de pessoal no Câmpus, sendo que este setor é o principal para disseminação das informações. Em alguns aspectos, delinearam-se propostas de ações de *Endomarketing*.

Ao se referir a comunicação interna, mais precisamente na falha dessa diagnosticada pelas análises feitas, percebeu-se que uma ferramenta simples como aplicativos de “mensagens instantâneas” (redes sociais) poderia ser a solução isso no contexto das discrepâncias nas informações da Comissão Local de gestão ambiental do Câmpus. Já para instituição de modo geral será sugerido a implantação de programas e ações de *Endomarketing* por meio de seu PDI e posterior institucionalizações, relacionadas a motivação de absorção da informação por parte do público-alvo da informação.

A proposta é a criação de um grupo de contatos por aplicativos de mensagens instantâneas, sendo um meio rápido de centralizar e disseminar as informações relacionadas à sustentabilidade e a gestão eficiente dos recursos. Serve para comunicação de todas as ações desenvolvidas em qualquer momento/circunstância por qualquer um dos membros da gestão administrativa e da gestão ambiental – Comissão Local, para que possam compartilhar suas experiências e informações. O objetivo é ampliar o espaço para ideias e planejamentos das ações sustentáveis e de propagar a sustentabilidade no meio administrativo (institucional), acadêmico e comunidade geral.

## 5 CONCLUSÃO

O trabalho partiu de vários questionamentos com relação a sustentabilidade nos Institutos Federais, e definiu-se seguinte pergunta de pesquisa: quais fatores motivaram a gestão sustentável no IFSC – Câmpus Gaspar? E para responder a essa pergunta central, foram delineados três objetivos específicos. O método de coleta de dados foi a partir de três questionários, sendo um adaptado de Luiz *et al.* (2013) com 52 (cinquenta e dois) questões, com respostas “sim” ou “não” e mais 8 (oito) perguntas abertas desenvolvidas pelos autores (APÊNDICE A). Já o terceiro partiu da necessidade de diagnosticar os meios de comunicação interna do Câmpus (APÊNDICE B).

O trabalho alcançou seu objetivo de diagnosticar os fatores motivadores da gestão sustentável do IFSC. Verificou-se que são vários os fatores que motivaram e motivam a gestão sustentável, entre eles destacam-se: as leis e políticas públicas vigentes; o compromisso social – enquanto instituição de ensino e a busca pela redução de gastos e minimização de desperdícios.

Para atender o primeiro objetivo específico aprofundou-se e ampliou-se o conhecimento na temática sustentabilidade em instituições de ensino. O segundo objetivo também foi alcançado identificando-se as inúmeras ações voltadas a sustentabilidade e ao meio ambiente desenvolvidas pelo Câmpus. O terceiro objetivo também foi alcançado com as proposições de melhoria na comunicação interna do Câmpus Gaspar.

As instituições de ensino têm o compromisso social com a comunidade do entorno de desenvolver ações sustentáveis em seus processos acadêmicos: ensino, pesquisa e extensão e contribuir na formação dos gestores do futuro. E, percebeu-se uma gama expressiva de ações de sustentabilidades adotadas pelo IFSC – Câmpus Gaspar. A instituição está a frente na questão sustentável quando comparadas às outras instituições Luiz *et al.* (2013) e Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

A análise apontou algumas discordâncias de entendimento entre os entrevistados, justificando a implantação de uma proposta de conceitos, programas, ações e aplicação das ferramentas *Endomarketing*: por exemplo, a criação de um

grupo em rede social de mensagens instantâneas ou outra ferramenta de rede social. Sendo sugerido a implantação por meio do planejamento estratégico e no PDI da instituição, uma vez que essa autarquia é gerida de forma hierárquica, ou seja, de cima (topo da pirâmide) para baixo.

Este trabalho além de responder aos objetivos geral e específicos, também servirá de base para ser explorado por pesquisadores do tema para otimizar tanto os conceitos, métodos, técnicas quanto para conscientização para um futuro melhor e sustentável. E ainda para possível implantação do *Endomarketing* no PDI da instituição – por meio de pesquisas e projetos de processos e ações introduzidos na política de comunicação do IFSC para otimizar não somente a gestão sustentável pesquisada, mas também todos os setores da administração e comunidade geral.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/1/>. Acesso em: 7 set. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. **Coleta seletiva solidária**. 2018. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/textos-das-paginas-do-portal/coleta-seletiva-solidaria>. Acesso em: 9 abr. 2019.

APSA. **O que é CIPA e qual é sua Finalidade**. [201-]. Disponível em: <https://apsa.com.br/node/179>. Acesso em: 9 abr. 2019.

BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_O\\_Desafio\\_Do\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel\\_Gisele.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf). Acesso em: 7 set. 2018.

BEZERRA DA SILVA. **Terceira Lei de Newton (princípio da ação e reação)**. 2013. Disponível em: <https://www.infoescola.com/fisica/terceira-lei-de-newton-principio-da-acao-e-reacao/>. Acesso em: 01 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução 20 CONAMA de 07/12/1994**. Selo Ruído para aparelhos eletrodomésticos. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=101308>. Acesso em 15 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm). Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm). Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm). Acesso em: 13 out. 2018.

BRASIL. **Projeto Esplanada Sustentável**. [201-]. Disponível em: <https://pes.planejamento.gov.br/private/pages/main.jsf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Governo Federal. **Surgimento das Escolas Técnicas**. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Projeto esplanada sustentável**. 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16914](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16914). Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. Relações Exteriores. **Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2018. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016x.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016x.pdf). 21 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. [201-]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html>. Acesso em: 06 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho**. 2012. Disponível em: <http://mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/itemlist/category/106-a3p.html?start=294>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Consumo Sustentável**. [201-]. Disponível em: BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/producao-e-consumo-sustentavel/conceitos/consumo-sustentavel>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Gestão de Resíduos**. [201-]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/gest%C3%A3o-adequada-dos-res%C3%ADduos.html>. Acesso em: 17 abr. 2019.



BRASIL. Secretaria de Governo da Presidência da República. **Governo divulga relatório nacional voluntário sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável.** [201-]. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/governo-divulga-relatorio-nacional-voluntario-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 7 set. 2018.

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing de A a Z: como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa.** São Paulo: Integrante, 2010.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

CAMPOS, Ana Cristina. **Todos os países da ONU adotam a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-09/paises-adotam-na-onu-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 7 set. 2018.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Salubre.** 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/salubre/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

ESPAÇO DA ADMINISTRAÇÃO. **Responsabilidade Social: interna e externa.** 2010. Disponível: <https://espacodaadministracao.blogspot.com/2010/02/responsabilidade-social-interna-e.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

FREIRIA, Rafael Costa. **Aspectos Históricos da Legislação Ambiental no Brasil: da Ocupação e Exploração Territorial ao Desafio da Sustentabilidade.** Franca: São Paulo, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Dialnet-AspectosHistoricosDaLegislacaoAmbientalNoBrasil-6077142%20(1).pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

FREITAS, Claudio. Luiz de; BORGERT, Altair; PFITSCHER, Elisete. Dahmer. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): uma análise da aderência de uma IFES as diretrizes propostas pela A3P.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11. 2011, Florianópolis, SC. No prelo 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/30051/7.7.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 de abr. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA QUALIDADE – FNQ. **Programa de Orientação Nutricional.** 2013. Disponível em: <http://www.fnq.org.br/colabore/comunidade-de-boas-praticas/exibir-pratica/programa-de-orientacao-nutricional>. Acesso em: 16 abr. 2019.

FURLIN, Thalís Mario Klein. **Aplicações do endomarketing**. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/aplicacoes-de-endomarketing/49697/>. Acesso em: 27 out. 2018.

GATTERMANN, Beatris; ALMEIDA, Ana Paula de; ROSA, Loreni. Juventude, identidade e sujeitos em formação: experiências no IF Farroupilha Campus Santo Augusto/RS. **Interfaces: Educação e Sociedade**, n. 1, 2015. Disponível em: <http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/pedagogia/article/view/129/110>. Acesso em: 21 out. 2018.

GRANATO, Luísa. As Melhores Faculdades e Universidades do Brasil, segundo o MEC. 2018. **EXAME**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/as-melhores-faculdades-e-universidades-do-brasil-segundo-o-mec-2/>. Acesso em: 30 dez. 2018.

GOGOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

HERNANDEZ, Alexandre Lopes. Sustentabilidade e mudanças climáticas: guia para o amanhã / FUJIHARA, Antonio; LOPES, Fernando Giachini. **Introdução ao Conceito de Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Terra da Artes Editora: Editora Senac São Paulo, 2009.

INFOESCOLA. **Missão, visão e valores**: os princípios essenciais. [201-]. Disponível em: [https://www.infoescola.com/administracao/\\_missao-visao-e-valores-os-principios-essenciais/](https://www.infoescola.com/administracao/_missao-visao-e-valores-os-principios-essenciais/). Acesso em 1 mai. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Histórico**. [201-]. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/historico>. Acesso em: 12 out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **A CISSP do câmpus Gaspar promoveu a palestra Cuide de sua Saúde Vocal**. 2011. Disponível em: [http://gaspar.ifsc.edu.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1927&Itemid=1](http://gaspar.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1927&Itemid=1). Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Organograma - Câmpus Gaspar**. 2014. Disponível em: <http://www.gaspar.ifsc.edu.br/images/stories/sitepdf/Estrutura/organograma%20do%20campus%20gaspar.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Missão, visão e valores**. [201-]. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 12 out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Gestão de Logística Sustentável do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.** [201-]. Disponível em:

[https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/PLS\\_2017-2018.pdf](https://caco.ifsc.edu.br/arquivos/extensao/PLS_2017-2018.pdf). Acesso em: 21 dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **IFSC registra aumento no número de matrículas em todas modalidades de ensino.** 2018. Disponível em:

[https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset\\_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1074372/ifsc-registra-aumento-no-n%C3%BAmero-de-matr%C3%ADculas-em-todas-modalidades-de-ensino](https://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/1074372/ifsc-registra-aumento-no-n%C3%BAmero-de-matr%C3%ADculas-em-todas-modalidades-de-ensino). Acesso em 08 maio 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.** [201-]. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/documentos-norteadores>. Acesso em: 12 out. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Quem Faz.** [201-]. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/historico>. Acesso em: 22 dez. 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **IFSC Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/PLS2015-2016.pdf>. Acesso em: 29 maio 2019.

INKOTTE, Alexandre Luiz. **Endomarketing:** elementos para a construção de um marco teórico. 2000. 144 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em:

<http://endomarketing.com/wp-content/uploads/2014/10/publicacao-tese-alexandre-luz-inkotte.pdf>. Acesso em: 27 out. 2018.

LANCMAN, S.; GHIRARDI, M. I. G. Pensando novas práticas em terapia ocupacional, saúde e trabalho. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 2, p. 44-50, maio/ago. 2002. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13895/15713>. Acesso em: 16 abr. 2019.

LEFF, Enrique. Construindo a História Ambiental da América Latina. **Esboços:** histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 11-29, nov. 2007.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/383>. Acesso em: 24 de ago. 2018.

LIMA, Sarah Cristina Martins Gonçalves; MELO, José Airton Mendonça de. A importância do endomarketing para a comunicação interna. 2017. **R. Gest. Industr., Ponta Grossa**, v. 13, n. 4, p. 122-138, out./dez. 2017. Disponível em:

[file:///C:/Users/espemprededor/Downloads/7462-31825-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/espemprededor/Downloads/7462-31825-1-PB%20(1).pdf) Acesso em: 28 mai. 2019.

LUCENA, Klayton Ângelo Azevedo. **Práticas de Sustentabilidade Relacionadas ao Processo de Compras no Instituto Federal de Educação, Ciência e**

**Tecnologia de Pernambuco – Campus Cabo de Santo Agostinho.** 2016. 130 p. Dissertação (Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) - Programa de Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: [http://www.files.scire.net.br/atric/upe-gdls\\_upl/THESIS/119/dissertaco\\_klayton\\_lucena\\_20160523104912389.pdf](http://www.files.scire.net.br/atric/upe-gdls_upl/THESIS/119/dissertaco_klayton_lucena_20160523104912389.pdf). Acesso em: 21 dez. 2018.

LUIZ, Lilian Campagnin; RAU, Karlan; FREITAS, Claudio, Luiz de; PFISTER, Elisete Dahmer. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade:** estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2013. Disponível em: <http://nemac.paginas.ufsc.br/files/2013/04/1-372-179.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; ZAMBALDI, Felipe; NATRIELI, Fábio. **Marketing, endomarketing e redes sociais:** fundamentos teóricos à concepção de uma estratégia de gestão de pessoas. 2010. Organizações em contexto, Ano 6, n. 11, janeiro-junho 2010. Disponível em: [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/zambaldi\\_-\\_marketing\\_endomarketing\\_e\\_redes\\_sociais\\_fundamentos\\_teoricos.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/zambaldi_-_marketing_endomarketing_e_redes_sociais_fundamentos_teoricos.pdf). Acesso em: 04 jul. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso – SES. **Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia.** [201-]. Disponível em: <<http://www.saude.mt.gov.br/cosat/arquivo/1878/normas-regulamentadoras>>. Acesso em: 9 abr. 2019.

MELLO, Claudia Souza de; LOMARDO, Louise. Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura – Uma Reflexão Sobre as Edificações Públicas no Brasil. Cadernos de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2017. **Rev. Mackenzie**, v. 16, n 1, 2016. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/download/2016.1%20Mello/6064>. Acesso em: 21 dez. 2018.

NORMAS TÉCNICAS. **Série ISO 14000.** 2015. Disponível em: <https://www.normastecnicas.com/iso/serie-iso-14000/>. Acesso em: 06 out. 2018.

OLIVEIRA, Blenda Cavalcante de; CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Verticalização e Trabalho Docente nos Institutos Federais: Uma Construção Histórica. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.2 [72], p.639-661, abr./jun. 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/8645865-32271-1-PB.pdf>. Acesso em: 13. out. 2018.

ONU-BR. **Secretário-geral da ONU apresenta síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015.** 2015. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/secretario-geral-da-onu-apresenta-sintese-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-pos-2015/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PENA, Rodolfo. F, Alves. **Política dos 5Rs**. 2019. Disponível em: <https://alunosonline.uol.com.br/geografia/politica-dos-5rs.html>. Acesso em: 04 abr. 2019.

PEREIRA, Graciane Regina; SANT' ANNA, Fernando Soares. **Produção mais limpa no Brasil: subsídios para implantação**. Curitiba: Appris, 2018.

PEREIRA, Paulo Moraes. **Sustentabilidade Socioambiental na Administração Pública**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2479/1/Paula%20Moraes%20Pereira.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2018.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2005.

PIRES, Thyrza Schlichting De Lorenzi. **Desenvolvimento ambiental sustentável**. 2. ed. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2011.

PORTAL DAS LICITAÇÕES. **Os princípios básicos da licitação**. 2012. Disponível em: <https://portaldaslicitacoes.blogspot.com/2012/01/principios-basicos-da-licitacao.html>. Acesso em: 7 mai. 2019.

QUECONCEITO. **Conceito de capacitação**. 2019. Disponível em: <https://queconceito.com.br/capacitacao>. Acesso em: 21 abr. 2019.

RÊGO, G. S; PIMENTA, H. C. D.; SARAIVA, V. M. Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P: Um Estudo Sobre a Potencialidade de Aplicação no Município de São Gonçalo do Amarante/RN. 2011. **HOLUS**, v. 27, n. 4. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/655-2038-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2018.

RODRIGUES, Nathan. **Pegada Ecológica: Entenda o Conceito e sua Importância**. 2017. Disponível em: <https://www.boavontade.com/pt/ecologia/o-que-e-pegada-ecologica>. Acesso em: 30 abr. 2019.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso – SES. **Norma Regulamentadora nº 17 – Ergonomia**. [201-]. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/cosat/arquivo/1878/normas-regulamentadoras>. Acesso em: 9 abr. 2019.

SOUZA, Janaína Nascimento Simões de; BENEVIDES, Rita de Cássia. Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável e o comprometimento das universidades/faculdades do município do Rio de Janeiro, RJ. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2., 2005, Resende, RJ. **Anais[...]** Resende, RJ, 2005. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=sustentabilidade+nas+universidades](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=sustentabilidade+nas+universidades)

%2FInstitutos+federal+no+Brasil+&btnG=#d=gs\_qabs&p=&u=%23p%3DYGCfNsLw34oJ. Acesso em: 31 ago. 2018.

SWERTS, Fabiana Cristina Taubert de Freias; ROBAZZI, Maria Lúcia do Carmo Cruz. Efeitos da ginástica laboral compensatória na redução do estresse ocupacional e dor osteomuscular. **Rev. Latino-Am**, v. 22, n. 4, p. 629-636, jul.-ago. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n4/pt\\_0104-1169-rlae-22-04-00629.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlae/v22n4/pt_0104-1169-rlae-22-04-00629.pdf). Acesso em: 9 abr. 2019.

TEIXEIRA, Ricardo. **O que é Missão para uma Empresa**. 2012. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-que-e-missao-para-uma-empresa>. Acesso em: 1 mai. 2019.

TERRA. **Enchentes**: principais causas e consequências. 2018. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/enchentes-principais-causas-e-consequencias/>. Acesso em: 24 dez. 2018.

TIAGO, Cláudio Gonçalves.. Análise: O impacto dos canudos plásticos descartáveis nos oceanos. **O GLOBO**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rioshow/analise-impacto-dos-canudos-plasticos-descartaveis-nos-oceanos-22425345>. Acesso em: 2 mai. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Conceitos**. [201-]. Disponível em: <https://capacitar.ufba.br/conceitos>. Acesso em: 29 abr. 2019.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Marco Legal das Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública**. 2011. Disponível em: [http://www.5icfex.eb.mil.br/satt/2011-Marco\\_Legal\\_Licitacoes.pdf](http://www.5icfex.eb.mil.br/satt/2011-Marco_Legal_Licitacoes.pdf). Acesso em: 30 abr. 2019.

VASCONCELOS, Caio Castelliano; NOGUEIRA, Ronaldo Alves. Projeto Esplanada Sustentável: Um Caso de Trajetória de Múltiplos Fluxos. 2014. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 7, 2014, Brasília. **Anais [...]**. Disponível em: [http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1157/1/C7\\_PP\\_PROJETO%20ESPLANADA%20SUSTENT%3%81VEL.pdf](http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1157/1/C7_PP_PROJETO%20ESPLANADA%20SUSTENT%3%81VEL.pdf). Acesso em: 25 dez. 2018.

WALBER. Gonçalves de Souza. **Só Sei que Nada Sei**. 2018. Disponível em: <http://www.odefensor.com.br/site/2018/11/05/artigo-so-sei-que-nada-sei/>. Acesso em: 7 abr. 2019.

WORD WIDE FUND FOR NATURE – WWF. **O que é desenvolvimento sustentável?** 2018. Disponível em: [https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/questoes\\_ambientais/desenvolvimento\\_sustentavel/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/). Acesso em: 07 out. 2018.

WORD WIDE FUND FOR NATURE – WWF. **Pegada ecológica global**. [201-] Disponível em:

[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/especiais/pegada\\_ecologica/pegada\\_ecologica\\_global/](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/pegada_ecologica_global/). Acesso em: 19 abr. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Conceitos**. 2006. Disponível em: <https://capacitar.ufba.br/conceitos>. Acesso em: 21 abr. 2019.

## **APÊNDICE A – TERMO CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO E QUESTIONÁRIOS APLICADO**

Prezado, Gestor (a)!

Meu nome é Paulo Cesar Rúbio, sou aluno do curso Tecnólogo em Processos Gerenciais, Fase: 5º semestre, e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área de gestão sustentável, intitulado: FATORES MOTIVADORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: um estudo de caso no Câmpus de Gaspar – IFSC, cujo o objetivo geral é “ANALISAR QUAIS SÃO OS FATORES MOTIVADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS FEDERAIS, ESPECIFICAMENTE NO IFSC – CÂMPUS GASPAR”. Gostaria de convidá-lo(a) a participar da pesquisa. Para isso, são necessários alguns minutos do seu tempo para responder um instrumento diagnóstico, com perguntas fechadas e abertas.

### **1 – INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA:**

O presente projeto de pesquisa tem o intuito de realizar um estudo de caso de caráter exploratório/descritivo de natureza qualitativa. E, como objeto de estudo foi designando Câmpus de Gaspar. A justificativa se dá pela conveniência que o IFSC proporciona, tanto no estudo (por eu ser acadêmico dessa instituição) quanto na aplicação da pesquisa.

#### **1.1 Objetivo Geral:**

a) Analisar quais são os fatores motivadores para implantação de programas de gestão sustentável nos Institutos Federais, especificamente no IFSC – Câmpus Gaspar.



### **1.1.1 Objetivos Específicos:**

- a) Aprofundar o conhecimento na temática sustentabilidade em instituições de ensino;
- b) Identificar as ações de sustentabilidade desenvolvidas no IFSC – Câmpus Gaspar;
- c) **Propor ferramentas de Endomarketing para otimizar a gestão da sustentabilidade do IFSC – Câmpus Gaspar.**

### **1.2 Motivação para fazer esta pesquisa, e questão pergunta que deu origem ao estudo:**

A motivação que me leva a pesquisar essa temática, está pautada na conveniência entre estudo e aplicação do mesmo, pois eu sou discente desta instituição objeto da pesquisa, e também pelo fato da demanda crescente na extração e no consumo excessivo de recursos naturais, e no descarte das sobras (resíduos). Como o Brasil tem se mostrado frente ao cenário ambiental e quais suas políticas para estimular que as instituições públicas implantem ações sustentáveis? E, quais os fatores motivadores da gestão sustentável no IFSC – Câmpus Gaspar?

## **2. METODOLOGIA**

O método utilizado foi um estudo de caso de caráter exploratório/descritivo de natureza qualitativa. A coleta de dados se dará por meio da aplicação de questionário (check list) com 52 (cinquenta e dois) perguntas fechadas, relacionadas com o Programa A3P, com respostas “Sim” ou “Não” e mais 8 (oito) perguntas abertas desenvolvidas pelos autores deste TCC.

**Procedimentos técnicos:** se darão por meio de revisões bibliográficas de livros, artigos específicos, anais, relatórios, internet, entre outros.

### **3. TERMO CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

#### **3.1. O que preciso fazer e quanto tempo isso tomará:**

Você é gentilmente convidado (a) a responder o questionário que segue. Esse questionário não tomará muito tempo seu. Você tem a liberdade de se recusar a participar, bem como a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decidir, sem qualquer prejuízo. Porém, a sua participação é de suma preponderância para produzirmos conhecimento acerca do assunto. Se por acaso você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato comigo pelo seguinte endereço de e-mail: paulo3055@hotmail.com ou, se preferir, pelo telefone (47) 99696-1463.

#### **3.2 Riscos e Desconforto:**

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, [201-]). Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23\\_out\\_versao\\_final\\_196\\_encep2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out_versao_final_196_encep2012.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2018. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. Entretanto, caso você não se sentir confortável em responder alguma questão, poderá não respondê-la, já que o questionário está configurado de modo a permitir o avanço, sem a obrigatoriedade de responder questões.

**3.2.1 Confidencialidade:**

As informações produzidas são estritamente confidenciais e serão usadas unicamente para as finalidades da pesquisa e da produção de conhecimento sobre o tema, sem expor, tampouco melindrar nenhum/nenhuma participante.

**3.2.2 Benefícios:**

Produção do conhecimento sobre a temática, aumentando a visibilidade sobre o assunto e proposições de melhorias ao objeto de estudo Câmpus Gaspar.

**3.2.3 Pagamento:**

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após esses esclarecimentos, solicito, prezado (a) colega, seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

**3.2.4 Comprometimento:**

Comprometo-me, na observância dos preceitos éticos que regem as relações de pesquisa, divulgar amplamente os resultados deste estudo.

**4 AGRADECIMENTOS**

Agradeço a sua autorização e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários para que você se sinta seguro/a e confortável em participar.

**QUESTIONÁRIO:** Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração  
Pública – A3P

**Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos**

Questão 1 – O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 2 – O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 3 – O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 4 – O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos de plástico (descartáveis)?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 5 – O IFSC desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais /recursos que possam causar impactos ambientais significativos?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 6 – No IFSC é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

## **Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados**

Questão 7 – O IFSC pratica e incentiva a política dos 5R's?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 8 – A coleta seletiva no IFSC atende a resolução CONAMA 275, de 25 de abril de 2005? (padrão de cores para as coletas seletivas)

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 9 – O IFSC realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940 (2006) para separar os resíduos na fonte e doar para cooperativas e associações de catadores?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 10 – O IFSC possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 11 – No IFSC, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

## **Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

Questão 12 – O IFSC oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 13 – O IFSC atende a todas as exigências de acessibilidade em suas instalações?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 14 – O IFSC possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 15 – O IFSC possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 16 – O IFSC possui controle da jornada de trabalho?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 17 – O IFSC possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (anti-tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 18 – Os ambientes do IFSC, especialmente os de trabalho, são salubres?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 19 – O IFSC possui programa de saúde ocupacional?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 20 – O IFSC possui programa de orientação nutricional?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 21 – O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?

sim  não

Caso necessário, justifique...

Questão 22 – O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 23 – O IFSC incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores por meio da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 24 – O IFSC incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 25 – O IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 26 – O IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio do senso comunitário?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 27 – O IFSC incentiva e promove a integração social interna por meio da promoção dos relacionamentos interpessoais?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 28 – O IFSC incentiva e respeita a liberdade de expressão?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 29 – O IFSC incentiva e respeita a privacidade pessoal?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 30 – O IFSC incentiva e respeita o tratamento impessoal?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

#### **Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores**

Questão 31 – O IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 32 – O IFSC desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 33 – No IFSC, há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 34 – O IFSC promove a educação ambiental ao corpo discente em todos os níveis de ensino?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 35 – O IFSC desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 36 – O IFSC produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

#### **Eixo 5 – Licitações Sustentáveis**

Questão 37 – Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?



sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 38 – É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 39 – É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 40 – Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 41 – É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 42 – O IFSC adquire produtos reciclados?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 43 – É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 44 – Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 45 – Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?

sim  não  
Caso necessário, justifique...

Questão 46 – Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 47 – Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 48 – Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 49 – Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 50 – Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 51 – Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

Questão 52 – Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?

( ) sim ( ) não

Caso necessário, justifique...

**QUESTIONÁRIO COM PERGUNTAS ABERTAS/DISCURSIVAS ELABORADO PELOS AUTORES APLICADO AOS PARTICIPANTES**

1 – Quais foram os fatores motivadores da adoção das práticas ambientais no Câmpus Gaspar?

R:

2 – Qual a visão do Câmpus com relação às temáticas socioambientais? (do ponto de vista administrativo, pedagógico, social....)

R:

3 – Quais as ações na área de gestão de pessoas (servidores) para disseminação dos conceitos socioambientais? E, qual o nível de comprometimento entre todos os servidores com relação às ações executadas?

R:

4 – Qual a metodologia utilizada para implantação das ações socioambientais no Câmpus? Atendem alguma legislação, ou são voluntárias?

R:

5 – Como é o processo de investimentos, compras e contratações com relação aos aspectos socioambientais? Existe algum processo sustentável?

6 – Existe gestão dos resíduos gerados pelo Câmpus? Explique.

R:

7 – Além, da gestão de resíduos, como o Câmpus faz a gestão dos materiais e dos insumos (água e energia)?

8 – Cite alguns exemplos recentes de melhorias socioambientais desenvolvidas pelo Câmpus, e quais são os reflexos do ponto de vista econômico, ambiental e social, e na formação dos alunos.

R:

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTÃO DE PESSOAS – FSC –  
CÂMPUS DE GASPAR: analisando fatores de comunicação interna**

Prezado, Gestor (a)!

Meu nome é Paulo Cesar Rúbio, sou aluno do curso Tecnólogo em Processos Gerenciais, Fase: 6º semestre, e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área de gestão sustentável, intitulado: FATORES MOTIVADORES DA GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: um estudo de caso no Câmpus de Gaspar – IFSC, cujo o objetivo geral é “ANALISAR QUAIS SÃO OS FATORES MOTIVADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE GESTÃO SUSTENTÁVEL NOS INSTITUTOS FEDERAIS, ESPECIFICAMENTE NO IFSC – CÂMPUS GASPAR”. Gostaria de convidá-lo (a) a participar da pesquisa. Para isso, são necessários alguns minutos do seu tempo para responder um instrumento diagnóstico, com perguntas abertas/descritiva. É imprescindível sua colaboração em responder o questionário logo abaixo do termo de livre esclarecido.

**1. TERMO CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

1.1. O que preciso fazer e quanto tempo isso tomará:

Você é gentilmente convidado (a) a responder o questionário que segue. Esse questionário não tomará muito tempo seu. Você tem a liberdade de se recusar a participar, bem como a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decidir, sem qualquer prejuízo. Porém, a sua participação é de suma preponderância para produzirmos conhecimento acerca do assunto. Se por acaso você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, entre em contato comigo pelo seguinte endereço de e-mail: paulo3055@hotmail.com ou, se preferir, pelo telefone (47) 99769-8689.

1.2. Riscos e Desconforto:

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, [201-]). Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/web\\_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23\\_out-versao\\_final\\_196\\_encep2012.pdf](http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out-versao_final_196_encep2012.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2018. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade. Entretanto, caso você não se sentir confortável em responder alguma questão, poderá não respondê-la, já que o questionário está configurado de modo a permitir o avanço, sem a obrigatoriedade de responder questões.

#### 1.2.1. Confidencialidade:

As informações produzidas são estritamente confidenciais e serão usadas unicamente para as finalidades da pesquisa e da produção de conhecimento sobre o tema, sem expor, tampouco melindrar nenhum/nenhuma participante.

#### 1.2.2. Benefícios:

Produção do conhecimento sobre a temática, aumentando a visibilidade sobre o assunto e proposições de melhorias ao objeto de estudo Câmpus Gaspar.

#### 1.2.3. Pagamento:

Você não terá nenhum tipo de despesa por participar deste estudo, bem como não receberá nenhum tipo de pagamento por sua participação. Após esses esclarecimentos, solicito, prezado (a) colega, seu consentimento de forma livre para que participe desta pesquisa.

#### 1.2.4. Comprometimento:

Comprometo-me, na observância dos preceitos éticos que regem as relações de pesquisa, divulgar amplamente os resultados deste estudo.

## 2. AGRADECIMENTOS

Agradeço a sua autorização e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários para que você se sinta seguro/a e confortável em participar.

**QUESTIONÁRIO APLICADO À GESTÃO DE PESSOAS – FSC – CÂMPUS DE  
GASPAR: analisando fatores de comunicação interna (APÊNDICE B)**

**Desenvolvido pelos autores**

Questão 1 – Como é tratado a gestão de comunicação no Câmpus Gaspar, segue alguma metodologia, qual?

Questão 2 – Quais os meios de comunicação interna utilizado pelo Câmpus, explique?

Questão 3 – Faz se a utilização de ferramentas do Endomarketing, se sim, quais?

Questão 4 – Existem treinamentos sobre comunicação e disseminação da informação na gestão de pessoas do Câmpus?

Questão 5 – Todos os setores interagem de forma eficiente, considerando a comunicação de informações?

Questão 6 – Quais os fatores motivadores na comunicação do IFSC Câmpus Gaspar?

Questão 7 – O que precisaria ser melhorado neste aspecto, cite exemplos.

Questão 8 – O departamento de pessoal tem ciência da Comissão de gestão ambiental no Câmpus?

Questão 9 – Como é a relação de comunicação e articulação das informações entre ambos?